

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, de 14 a 20 de dezembro de 1987 — Nº 29

Congresso vai votar o pacote fiscal

Por iniciativa de 354 deputados e 60 senadores, o Congresso Nacional foi convocado para, a partir da próxima terça-feira, dia 15 de dezembro, discutir o "pacote" de medidas na área fiscal que deverá ser anunciado em breve pelo governo federal. Esta é a primeira vez, desde o movimento militar de 1964, que ocorre a autoconvocação do Congresso. De acordo com a atual Constituição, o Congresso pode se autoconvocar, extraordinariamente, mediante requerimento assinado por dois terços, tanto da Câmara como do Senado, mas somente poderá deliberar sobre a matéria específica para a qual foi convocado. (Página 15)

Ciência e Tecnologia em discussão

O desenvolvimento científico e tecnológico é essencial para qualquer país. Esta questão foi amplamente debatida na Constituinte e fez surgir diversos pontos de vista discordantes, assim como também pontos em torno dos quais houve o consenso: a questão da Ciência e Tecnologia. (Páginas 8 e 9)

Sociedade e Constituintes fazem Carta

Uma das características da atual Assembléia Constituinte brasileira é a intensa participação dos parlamentares no processo de elaboração da Carta. A nova Constituição começou a ser escrita nas subcomissões e comissões temáticas, a partir das propostas dos próprios constituintes. Não havia um texto-base anterior que servisse de ponto de partida. Tudo nasceu do debate democrático, que incluiu a participação da sociedade através das emendas populares. Começamos, aqui, a publicar uma súmula da atuação dos constituintes, os 76 que mais apresentaram propostas. Daremos prosseguimento a essa súmula nos próximos números.

ADIRP/Reynaldo Stavale



Os debates sobre as mudanças no Regimento lotaram o plenário

Rapidez, a meta do Regimento

A Assembléia Nacional Constituinte se reúne nesta terça-feira, em sessão durante a qual deverão ser votadas as emendas que complementarão o substitutivo ao projeto de alteração do Regimento Interno apresentado pela Mesa. A idéia é deixar fixadas, desde logo, neste fim de ano, as regras efetivas que nortearão as votações em Plenário. Diferentes grupos suprapartidários estão se reunindo, a fim de subsidiar as lideranças formais nos entendimentos em torno dos temas que ainda permanecem controversos no texto do projeto de Constituição. As negociações sobre as mudanças no Regimento continuavam, no final da semana passada, a ser conduzidas pelo presidente Ulysses Guimarães, visando alcançar a fórmula que permita o desenvolvimento dos trabalhos com o mínimo de obstruções possível.

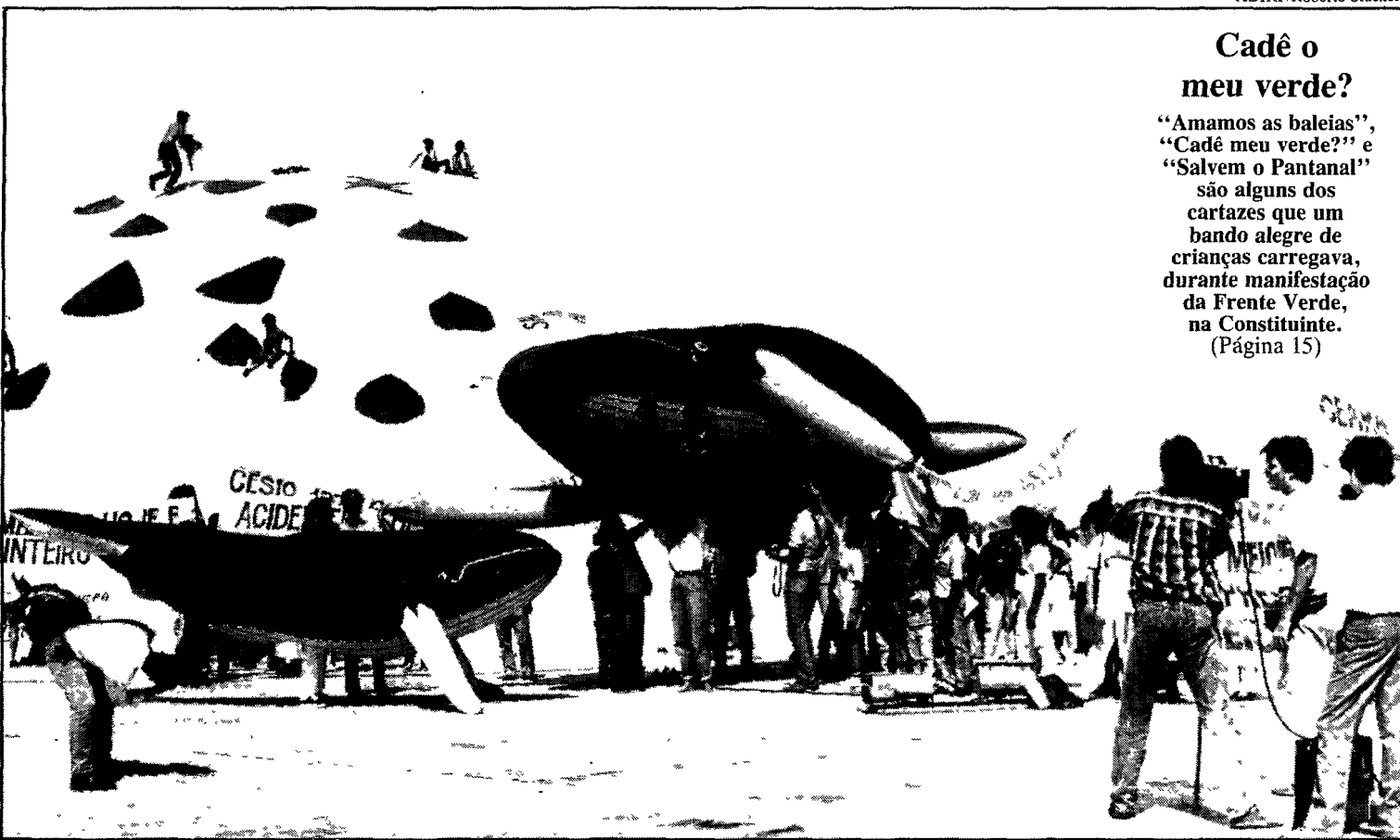
Mais uma vez, todos percebem que sem concessões de vários lados, os trabalhos não prosseguirão no ritmo exigido pela sociedade.

(Página 3)

ADIRP/Roberto Stuckert

Cadê o meu verde?

"Amamos as baleias", "Cadê meu verde?" e "Salvem o Pantanal" são alguns dos cartazes que um bando alegre de crianças carregava, durante manifestação da Frente Verde, na Constituinte. (Página 15)



O acesso do povo

Os acontecimentos que se registraram à margem das votações no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, com cenas nada recomendáveis partidas das galerias, suscita o exame do problema relativo ao ingresso de populares àquele recinto.

Desde logo, levanta-se um ponto de indagação, com a tendência por uma resposta afirmativa quanto à permissão para o acesso de público às galerias por ocasião de sessões solenes ou, como ocorre agora na Constituinte, de votações de grande interesse de parcelas da sociedade. O argumento é o de que sendo o Congresso Nacional a casa do povo, não seria admissível vetar a presença de populares em suas dependências. Se é o povo que elege seus representantes, para a Câmara dos Deputados e para o Senado, como impedir que esses eleitores compareçam a qualquer das duas casas, para um simples contato com os parlamentares ou para presenciar deliberações em torno de proposições?

É freqüente, praticamente diária, a passagem de populares pelas galerias do Legislativo, especialmente de turistas em visita a Brasília. São grupos que percorrem as diferentes dependências, num roteiro que termina sempre nos plenários.

Mas, ao lado desse afluxo, existem as forças de pressão, que buscam o Congresso na tentativa de influir, com uma presença expressiva, no destino dos temas em exame. Isso sempre existiu e é da própria característica do trabalho parlamentar desenvolver suas atividades em meio até mesmo de ruidosas manifestações,

mas sempre dentro de padrões de respeito e em que os dispositivos disciplinadores dos regimentos não são descumpridos.

O Parlamento é, assim, uma casa de confrontos, entendidos como atitudes naturais e democráticas. Jamais, porém, as regras previamente estabelecidas podem ser quebradas, sob pena de deformação de uma prática salutar e que precisa ser mantida.

Os excessos não só são condenáveis como, ainda, podem conduzir a restrições que, de maneira nenhuma, servem à prática da democracia e do diálogo. A presença de populares, dentro de padrões de acatamento às normas regimentais, não pode e não deve ser encarada como algo excepcional ou como uma espécie de concessão. É, antes, um direito, que compulsoriamente implica obrigações, a do respeito a uma instituição, em particular.

Assim deve ser entendida a questão que, no momento e pelo tempo ainda necessário aos trabalhos da Constituinte, parece preocupar uma boa parcela, diante dos antecedentes daquela quarta-feira marcada por acontecimentos indesejáveis, a que o Senador Afonso Arinos, com muita propriedade, classificou de grotescos. E só existe preocupação porque, felizmente, entre a grande maioria dos parlamentares, o pensamento é uníssono: a preservação dos direitos populares, sem, naturalmente, deixar de lado suas obrigações.

*Constituinte Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional*



O futuro em debate

O que um país do Terceiro Mundo deve conceber em termos de Ciência e Tecnologia? Nem todos os países do Terceiro Mundo são iguais e o nosso, em especial, já possui uma economia industrializada em setores muito importantes, tem um significativo acervo de conhecimento e saber. É, de igual forma, detentor de enormes reservas de matéria-prima que, como auxílio da Ciência e da Tecnologia, podem ser transformadas em recursos essenciais à redução dos altos índices de pobreza que, paradoxalmente, ainda marcam nosso desempenho. Nesta edição, nas páginas centrais, fazemos um inventário do que a Constituinte, até hoje, discutiu e deliberou sobre Ciência e Tecnologia — palavras mágicas que significam o presente e o futuro, simultaneamente.

Esta semana foi marcada, também, pela continuidade dos debates e entendimentos em torno das alterações do Regimento Interno da ANC, tema que deverá ser definido com a maior brevidade possível, para que os trabalhos possam se acelerar.

Outro assunto de destaque é a participação individual dos parlamentares no processo de elaboração constitucional, que passamos a apresentar através de uma síntese das emendas oferecidas por cada constituinte, que começa a ser exposta nesta edição e prosseguirá nas demais.

As entrevistas desta semana marcam as presenças dos constituintes Lysâneas Maciel (PDT — RJ), Carlos Alberto (PTB — RN) e Olívio Dutra (RS), esse último recém-graduado à Presidência do Partido dos Trabalhadores, com o afastamento de Lula, que prepara sua campanha à sucessão presidencial.

A ecologia também marca presença nesta edição, com o veemente protesto feito contra o extermínio das baleias.

*Ronaldo Paixão
Secretário de Redação*

Consenso ou confronto

Em qualquer grupo de pessoas, mormente quando numeroso e heterogêneo como o nosso, dos Constituintes, é compreensível e até desejável a existência de divergências, conflitos de opiniões, discordância, discussões e acalorados debates, procurando, cada qual, defender e justificar seus pontos de vista. Até porque assim é constituída a própria sociedade brasileira.

A liberdade de palavras e ação é a própria essência do regime democrático. Dessa — por que não chamar assim? — salutar troca de idéias deverá surgir o consenso que ensejará o soerguimento da democracia ansiada pelo País.

Entretanto, estamos observando que, no decorrer desse exaustivo trabalho, que exige dos constituintes tempo integral e dedicação exclusiva, e implica imensurável responsabilidade perante a Nação e perante a história, está se registrando verdadeiro embate de forças antagônicas.

Parece até que estamos ou entraremos numa arena; onde ferrenhos adversários se digladiam em luta mortal, da qual resultará apenas um vencedor.

Cabe, então, uma pergunta. Qual a vantagem para o País em se ter vencidos e vencedores no solene momento político da elaboração de sua Carta Magna?

A hora exige de todos e de cada um a busca incessante da conciliação através do diálogo e da negociação, para que se chegue ao consenso que permita ser gerada uma Carta digna desta grande nação, e da qual possamos nos orgulhar, como seus artífices, com a consciência tranquila do dever cumprido.

A guisa de exemplo, vale recordar o sucesso da transição política ocorrida na Espanha, que igualmente passou pelo processo da elaboração de nova Constituição. Quando de sua visita ao Brasil, em junho passado, deixou-nos o Primeiro-Ministro espanhol, Felipe Gonzales, uma sábia lição: "Optamos por fazer uma Constituição consensual que, certamente, não agradava plenamente a cada um, mas que conseguiu tornar-se ponto de encontro de diversos grupos políticos e sociais representativos de 90 por cento dos cidadãos da Espanha".

Traçando um paralelo entre os processos vividos pelo Brasil e pela Espanha, Felipe Gonzales fez o seguinte comentário: "Nós nos esforçamos para encontrar um texto constitucional que, embora com imperfeições técnicas, pudesse reconhecer a vontade de convivência num marco jurídico-político em que todo o espectro político e social da Espanha se sentisse razoavelmente integrado, suficientemente representado".

Assim, pois, devemos nós também, procurar, como fez o bravo povo espanhol — com o qual tanto temos em comum —, imbuídos dos mais legítimos valores democráticos e honrando o compromisso assumido perante o nosso próprio povo, encontrar o caminho da conciliação, superando divergências, aparando arestas, suprimindo intransigências, em busca da reconstrução institucional deste País. Caso contrário todo esforço será em vão: toda a vitória será efêmera.

Deste esforço deve participar toda a população brasileira, através dos seus delegados, e não apenas uma pequena parcela — hoje se dizendo maioria, amanhã, dispersa — mas que, na verdade, pode não refletir a totalidade dos anseios da sociedade, como vimos ainda recentemente em algumas decisões da Comissão de Sistematização.

As decisões da Assembleia Nacional Constituinte devem, obrigatoriamente, expressar a opinião de todos, porta-vozes que somos da população brasileira, e jamais de uma maioria tão eventual e passageira que talvez nem mais o fosse, caso se repetissem as eleições agora.

O bonde da História não nos perdoará jamais a perda desta extraordinária oportunidade que o destino nos reservou: a oportunidade de imprimir no livro ainda em branco da Constituição os parâmetros e as diretrizes que esperamos, perdurem no tempo, reestruturando todo o País, fornecendo-lhe meios e condições para trilhar seu caminho rumo a um futuro de paz, liberdade e prosperidade. Tal caminho passa pelo fortalecimento da livre iniciativa, sem o que sequer teremos possibilidades de consolidar e expandir a economia nacional, e recursos para sustentar uma política social moderna, atualizada nas linhas da doutrina social cristã, condição para uma efetiva justiça social.

A exemplo da Espanha, procuramos nos unir em prol do bem comum, elaborando uma Carta pluripartidária, que reflita os diversos setores da sociedade, e na qual estejam abrigados e defendidos os seus interesses.

A composição dos diferentes anseios, muitos deles conflitantes entre si, somente poderá ser alcançada através de um debate aberto e democrático. Que do entrechoque de idéias seja dada transparência aos interesses em jogo, sem mistificações, de forma a legitimar a futura Constituição e o pacto social orientador do conjunto da Nação brasileira

*Constituinte Victor Faccioni
(PDS — RS)*

EXPEDIENTE

Jornal da Constituinte — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Presidente — Ulysses Guimarães; **Primeiro-Vice-Presidente** — Mauro Benevides; **Segundo-Vice-Presidente** — Jorge Arbage; **Primeiro-Secretário** — Marcelo Cordeiro; **Segundo-Secretário** — Mário Maia; **Terceiro-Secretário** — Arnaldo Faria de Sá. **Suplentes:** Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso M. de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Nunes Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto
Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembleia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel V. de Magalhães
Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Secretário de Redação Adjunto — Paulo Domingos R. Neves
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barne Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves
Ilustração — Gaetano Ré
Secretário Gráfico — Eduardo Augusto Lopes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmem Vergara, Regina Moreira Suzuki, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Viei-

ra Bomfim, Eurico Schwinden, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna e Luiz Cláudio Pinheiro.

EQUIPE FOTOGRÁFICA

Reinaldo L. Stavale, Benedita Rodrigues dos Passos, Guilherme Rangel de Jesus Barros, Roberto Stuckert e William Prescott.

Composto e impresso no Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

Redação: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP

— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569

— Distribuição gratuita

Ulysses comanda o entendimento

Por 434 votos contra 48 e duas abstenções, o Plenário da Constituinte aprovou, no último dia 9, alterações no seu Regimento Interno, fixando novas normas de votação do projeto de Constituição.

Fruto do entendimento promovido pela Mesa da ANC, sob a presidência do deputado Ulysses Guimarães, o novo Regimento garante que a maioria absoluta — ou seja, mais de 280 constituintes — apresente substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções, além de emendas a todos os dispositivos do projeto de Constituição, aprovado pela Comissão de Sistematização.

Uma alteração importante é a que dá preferência automática para as emendas assinadas por mais de 280 constituintes. Assim mesmo, esta proposta de alteração do projeto de Constituição será submetida a voto no primeiro e no segundo turnos de votação, conforme prevê a Emenda Constitucional nº 26/85, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte.

Para apresentação de emendas os constituintes ganharam um prazo maior: sete dias, contados a partir da publicação do projeto de Constituição. No caso das emendas individuais — máximo de quatro para cada constituinte — só poderão incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do projeto. Fechado o prazo de emendas, o relator terá outros sete dias para emitir parecer sobre aprovação ou rejeição. Em seguida o projeto vai ao plenário para a votação.

A proposta de alteração do Regimento, já aprovada, regula também a ocupação das galerias durante a votação, estabelecendo que haverá um sistema de rodízio, com as senhas sendo distribuídas, semanalmente, ao público em geral.

Eis a íntegra do que foi aprovado:

Art. 1º — É facultada à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte a apresentação de substitutivos a Títulos, Capítulos, Seções e Subseções e de emendas a dispositivos do projeto de Constituição.

§ 1º — Caso sejam apresentados dois ou mais substitutivos sobre a mesma matéria, terá prioridade para votação aquele que obtiver o maior número de subscritores; sendo estes em igual número, terá preferência o oferecido em primeiro lugar.

§ 2º — Os substitutivos e as emendas apresentados com base neste artigo terão preferência automática, não sendo submetida a votos e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, salvo se forem de idêntico conteúdo.

§ 3º — Se na votação da matéria destacada nos termos deste artigo, não for alcançado **quorum** de maioria absoluta, repetir-se-á a mesma na sessão seguinte, com 24 (vinte e quatro) horas de intervalo entre uma e outra, para decisão final do plenário.

Art. 2º — Excetuadas as emendas populares, consideram-se prejudicadas todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores do processo de elaboração constitucional.

Art. 3º — Publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos o Projeto da

ADIRP/Reinaldo Stival



Plenário votou novo regimento, aprovando proposta da Mesa, mas decisão ainda depende de novos entendimentos esta semana.

Comissão de Sistematização, abrir-se-á o prazo de 7 (sete) dias para apresentação de:

I — substitutivos e emendas coletivas, na forma do art. 1º

II — emendas individuais, que deverão incidir sobre artigo, parágrafo, item ou alínea do projeto de Constituição, limitadas ao número máximo de 4 (quatro) para cada Constituinte.

§ 1º — O Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo máximo de 7 (sete) dias para emitir parecer conclusivo pela aprovação ou rejeição da matéria, não podendo subemendá-la ou concluir por substitutivo.

§ 2º — Admitir-se-á, ainda, a fusão de emendas desde que a proposição dela constante não apresente inovações em relação às emendas objeto da fusão, assinada pelos primeiros signatários das emendas, que lhe deram origem, desde que encaminhada à Mesa antes de iniciada a votação respectiva.

§ 3º — É admitida a co-autoria de emendas após a respectiva publicação.

Art. 4º — Nas 72 (setenta e duas) horas que se seguirem à publicação do parecer do Relator, poderão ser apresentados requerimentos de destaque, limitados ao número máximo de 6 (seis) para cada Constituinte, que deverão incidir, no todo ou em parte, sobre o texto de emenda individual ou popular, substitutivo ou dispositivo do projeto de Constituição.

Art. 5º — O requerimento de preferência para votação dos destaques de que trata o artigo anterior deverá ser subscrito por, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) Constituintes, e apresentado até 18 (dezoito) horas do dia que anteceder à apreciação do Título a que diga respeito. No caso de ocorrer o término da votação no mesmo dia, a apresentação das preferências dar-se-á 2 (duas) horas antes de iniciada a votação do próximo Título.

§ 1º — Terá prioridade para votação o requerimento de preferência que contiver maior número de subscritores, salvo acordo em contrário.

§ 2º — Os substitutivos, as emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão as proposições conexas

§ 3º — Ausente o autor do requerimento, o destaque não será submetido à deliberação do Plenário, salvo autorização por escrito do primeiro signatário a um de seus subscritores.

Art. 6º — Ao ser anunciada a votação de cada Título do projeto de Constituição, será facultado o uso da palavra aos Líderes de partidos ou aos Constituintes por eles indicados, bem assim ao Relator, pelo seguinte prazo:

a) partido com mais de 150 (cento e cinquenta) representantes — 12 (doze) minutos;

b) partido com mais de 15 (quinze) e menos de 150 (cento e cinquenta) representantes — 8 (oito) minutos;

c) partido com até 15 (quinze) representantes — 5 (cinco) minutos;

d) Relator — 10 (dez) minutos.

Art. 7º — Serão permitidos destaques para aprovação ou supressão de parte do projeto ou de substitutivo, na forma do art. 4º, considerando-se incluída ou excluída do texto respectivo a matéria objeto do destaque, se este for aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 8º — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, poderá ser apreciado requerimento de destaque, nos termos do § 1º do art. 63 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, **in fine**, para votação em separado de partes do texto do projeto ou do substitutivo, desde que subscrito por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Parágrafo único — A matéria destacada na forma deste artigo somente será incluída no texto constitucional se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte. Caso não atinja este **quorum** será tida como rejeitada, sem prejuízo das emendas que hajam sido destacadas para o mesmo texto.

Art. 9º — Votar-se-á em primeiro lugar o Capítulo do respectivo Título seguido dos destaques e, sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§ 1º — As emendas e os destaques aprovados ou rejeitados prejudicarão

as proposições de mérito conexas, salvo o disposto no § 2º do art. 1º e no parágrafo único do art. 8º

§ 2º — No encaminhamento de votação de matéria destacada, poderão falar, por 5 (cinco) minutos, 5 (cinco) Constituintes: 2 (dois) a favor, com preferência para o Autor do destaque, 2 (dois) contra, e o Relator.

§ 3º — A votação será realizada na ordem crescente dos Capítulos, Seções, Subseções e seus respectivos artigos, não sendo admitido requerimento de preferência de um sobre outro.

Art. 10 — Ocorrendo a rejeição de Capítulo e de suas respectivas emendas, será a sessão suspensa pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, devendo o Relator apresentar texto circunscrito à matéria existente, sem prejuízo da faculdade atribuída à maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, de oferecer nas mesmas condições do Relator.

Parágrafo único — Verificada a hipótese prevista neste artigo, abrir-se-á um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação de destaques, independentemente do princípio da prejudicialidade, desde que subscritos por, no mínimo, 187 (cento e oitenta e sete) Constituintes.

Art. 11 — Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o Relator redigirá o vencido, para sua apreciação em segundo turno, no prazo de até 7 (sete) dias.

§ 1º — Publicado o texto do Relator no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia durante 5 (cinco) dias, para discussão em segundo turno.

§ 2º — Durante a segunda discussão cada orador poderá falar por 10 (dez) minutos uma única vez, de acordo com a ordem de inscrição, e os Líderes por 20 (vinte) minutos.

§ 3º — Durante a discussão em segundo turno, é facultada a cada Constituinte a apresentação de 4 (quatro) emendas supressivas, além de outras destinadas a sanar omissões, erros ou

contradições, ou para correção de linguagem.

§ 4º — Encerrada a discussão, o Relator emitirá parecer sobre as emendas, no prazo de 5 (cinco) dias, sendo a matéria, depois de publicada, submetida à votação.

Art. 12 — Concluída a votação, com ou sem emendas, a matéria será encaminhada a uma Comissão de Redação integrada por Constituintes a serem designados pelo Presidente, entre estes o Relator.

Parágrafo único — Apresentada a redação final, far-se-á a sua publicação no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo incluída em Ordem do Dia para votação em turno único no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. No encaminhamento da votação poderão usar da palavra uma única vez, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) representantes de cada partido.

Art. 13 — Aos Constituintes, obedecido o sistema de rodízio, serão entregues, semanalmente, senhas a serem distribuídas ao público em geral, para ingresso nas galerias.

Art. 14 — Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 8 de dezembro de 1987. — **Mauro Benevides**, Primeiro-Vice-Presidente — Relator.

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, na reunião de hoje, presentes os Senhores Constituintes Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário, Mário Maia, 2º-Secretário e Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário, ao apreciar as Emendas oferecidas ao Projeto de Resolução nº 21-A, de 1987, que "altera o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", aprovou o parecer do relator, Constituinte Mauro Benevides, que concluiu pela apresentação de um Substitutivo.

Sala das Reuniões, 8 de dezembro de 1987. — **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Em debate a modificação do Regimento

Um apelo aos constituintes, foi dirigido, da tribuna, pelo Constituinte Celso Dourado, do PMDB da Bahia, no sentido de que renunciem a seus interesses pessoais, substituindo-os pelo espírito de colaboração e de serviço, a fim de que o País tenha uma Carta Magna justa e adaptada à realidade brasileira.

— Tem a Constituinte — diz Dourado — o dever de responder às exigências da sociedade de hoje e buscar o entendimento como forma de atender às aspirações e necessidades do nosso povo. É hora de reflexão, recolhimento e disciplina, pois estamos ante o desafio de ajudar o brasileiro a ter uma vida melhor.

Com a predominância do chamado grupo "Centrão", os debates plenários assumiram tonalidades de alerta e de explicações. E assim a Constituinte Irma Passoni, do PT, entende que com as mudanças havidas vão transformar os constituintes em "vacas de presépio".

Eraldo Trindade, do PFL do Amapá, declara que fora signatário do "Centrão". Mas começa a ter dúvidas quanto à verdadeira intenção daquele grupo.

Explica então que a maioria assinara o documento do "Centrão" contando ter maior participação no projeto constituinte. "No entanto os auto-intitulados donos do "Centrão" estão fazendo o projeto em gabinetes fechados."

E o líder do PDS, Amaral Netto, explica que no "Centrão" tudo é livre e nada funciona a portas fechadas.

O mineiro José Elias Murad, do PTB, explica sua assinatura na proposta do "Centrão":

— Foi uma forma de apoiar aqueles que se sentiam à margem por não terem participado da Comissão de Sistematização, que, sob a vantagem de 47 votos, ditou as regras do jogo. Apesar de ter assinado o documento, o meu compromisso é com as propostas que visem à implantação de um nacionalismo sadio para o povo brasileiro.

NO LIXO

Já o líder do PC do B, Aldo Arantes, garante que as propostas de mudança no Regimento jogarão no lixo todos os trabalhos realizados até agora pelas subcomissões, comissões temáticas e pela Comissão de Sistematização. Tudo manobra para revogar as poucas conquistas sociais, disse.

DISTORÇÃO

E o Constituinte José Genoino, do PT, entende que se as assinaturas têm mais valor do que a presença dos constituintes em plenário para modificar o texto constitucional, está havendo distorção da democracia representativa.

LIÇÃO

O líder do PDT, Brandão Monteiro, por exemplo, entende que tudo tem somado para atropelar o trabalho da Constituinte, isto enquanto a Nação se ressentia da existência de um governo.

Brandão dá o exemplo dos líderes das duas maiores potências do mundo: reúnem-se em Washington e assinam a extinção dos mísseis de médio alcance. "As duas potências entendem-se, isto enquanto na Assembléia Constituinte uns ameaçam outros a tiros, enquanto o líder do PDS anuncia ter contratado pistoleiros para atrair em quem lhe perturbar o sossego". Brandão diz ainda que setores reacionários tomaram o "Centrão" e querem esmagar as minorias, instituindo até assinatura em lugar de voto.

PLURAL

Um parlamento para ser autêntico tem de ser plural, é a sustentação do Constituinte Maurílio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco. Tem de ser plural e tem que adquirir a convivência dos contrários.

Maurílio contesta a impressão que lhe deixara o discurso de Aldo Arantes de que este País estaria sendo um pesadelo para o seu povo. E faz ver que o Governo do Presidente Sarney é digno de elogios e a História haverá de ser magnânima ao julgá-lo.

SEM ESFORÇO

Apesar de a proposta do "Centrão" ser antidemocrática — diz Plínio Arruda Sampaio, do PT de São Paulo —, não houve esforço da Mesa da Constituinte no sentido de modificar as sugestões e, deste modo, a aprovação de uma proposta poderá ser feita com 280 assinaturas de parlamentares ausentes de plenário. Assinaturas colhidas nas fazendas ou no escritório de suas respectivas fábricas.

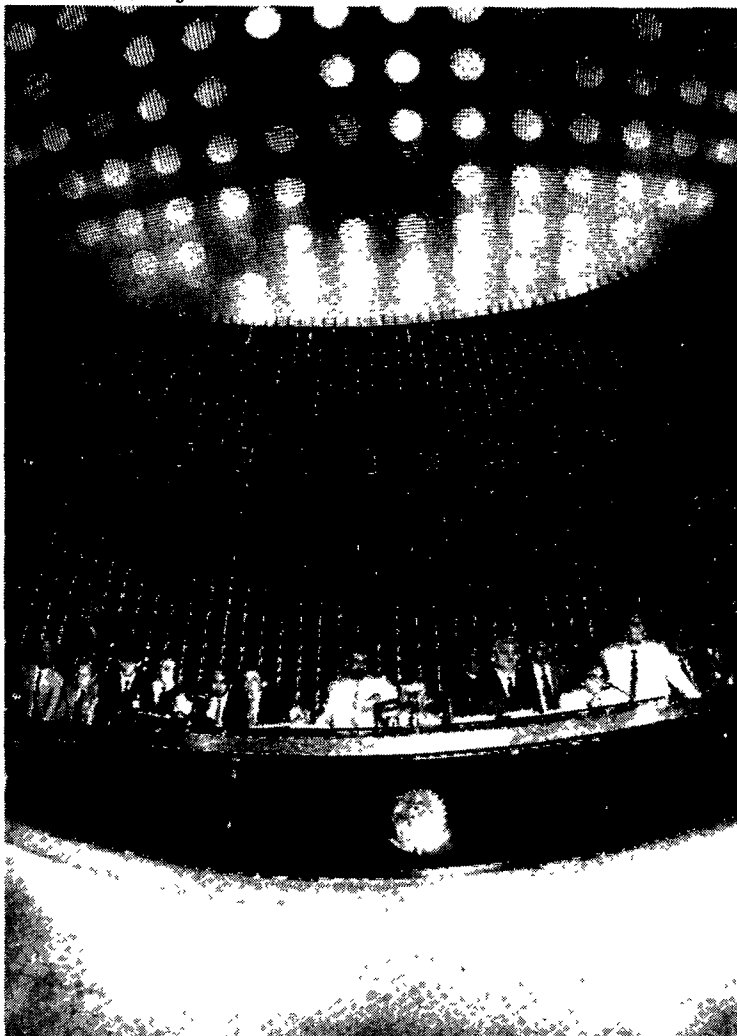
EVANGÉLICOS

Já o constituinte Gidel Dantas rebate denúncias de jornal do Rio de Janeiro, segundo as quais a Confederação Evangélica do Brasil, que congrega 80% das igrejas evangélicas brasileiras, teria recebido verbas a fim de repassá-las a parlamentares dessa orientação religiosa que votassem pelos cinco anos do mandato do Presidente Sarney e por privilégios de grupos econômico-financeiros.

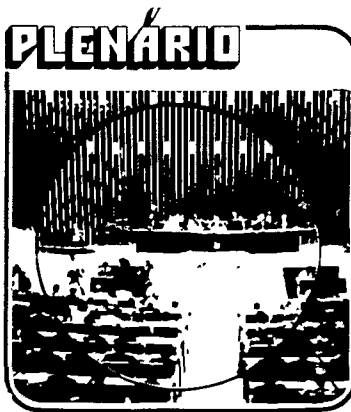
— Tal notícia — diz Gidel — é uma calúnia.

Gidel diz que a Confederação Evangélica do Brasil trabalha nos mesmos moldes de outras entidades brasileiras que prestam apoio às iniciativas sociais do Governo sem nenhum compromisso com sua integridade.

ADIRP/Guilherme Rangel



O projeto da Mesa foi a alternativa do entendimento.



"É hora de reflexão, recolhimento e disciplina, pois estamos ante o desafio de ajudar o brasileiro a ter uma vida melhor."

PRESSÕES

Fernando Santana, do PCB da Bahia, lamenta a ausência de preocupações do Plenário ante as pressões de grupos econômicos no sentido de alterar o projeto da futura Constituição, principalmente na parte que interessa às multinacionais.

VAI ATIRAR

O líder do PDS, Amaral Netto, anunciou que vai contratar pessoas para atirar em quem pichar sua casa.

Amaral falou em resposta ao líder sindical Jair Meneghelli, que teria dito que os constituintes que votarem contra os interesses do povo trabalhador vão ter as respectivas casas pichadas de traidor.

Jair Meneghelli teria sugerido que os do "Centrão" andassem cercados de soldados nas ruas. E o líder do PDS, em resposta, diz não admitir ameaças. É que reagirá a bala contra quem aparecer à sua porta tentando pichar-lhe a casa.

NO RIO GRANDE

Quem já reage é o Governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul — denunciou no plenário o Constituinte Amaury Müller, do PDT.

Amaury repudiou as agressões que teriam sido sofridas por deputados estaduais, professores e jornalistas atacados, segundo o parlamentar gaúcho, por 400 soldados da Brigada Militar, sob as ordens de Simon. Os professores estavam reivindicando o pagamento do 13º salário.

As agressões, que teriam ocorrido diante da Assembléia gaúcha, foram também condenadas pelo Constituinte Paulo Paim, do PT. Conforme Paim, o ataque foi praticado por soldados da Brigada, armados de cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e cães amestrados.

Nem no tempo da ditadura se viu tanta violência no Rio Grande do Sul — faz ver Paulo Paim, segundo o qual os professores e servidores públicos apenas reivindicam o pagamento do 13º salário previsto em lei.

Outro a protestar contra "as agressões em Porto Alegre" foi o Constituinte Erico Pegoraro, do PFL.

— O episódio — diz Pegoraro — não honra as tradições e a história política do Rio Grande do Sul e está a merecer um reparo público da bancada do PMDB, sob pena de se tornar conivente com a ação do Governador Pedro Simon.

ULYSSES

Já a pessoa do Presidente Ulys-

ses Guimarães foi vista, pelo Deputado Amaury Müller, do PDT, como ponto de equilíbrio nesta quadra da vida nacional.

— Não só o ponto de equilíbrio — diz Amaury — mas ainda um denominador comum e uma força que há de nos impulsionar na busca de um texto constitucional que represente a síntese e o reflexo da vida do País.

O constituinte gaúcho diz ainda que nem por causa da gravidade do momento abandonava a trinchira do otimismo, da esperança e da fé que, espera, inspire a nova Carta.

Adylson Motta, constituinte pelo PDS gaúcho, fez ver que embora tivesse votado em outro candidato para a Presidência da Câmara e da Assembléia Constituinte, reconhece que Ulysses Guimarães se revelou o mais indicado para tão altas e complexas funções.

— Graças a Ulysses — diz Adylson — conseguiu-se um equilíbrio entre a Câmara e a Assembléia, muito se devendo, também, neste sentido, à sua presença esporádica no Palácio do Planalto.

ATRASSO

Já o Constituinte Ismael Wanderley (PMDB — RN), tem como absolutamente necessário que a ANC comece a trabalhar o mais rápido possível. A Nação — diz ele — não aceita mais o retardo e a obstrução dos trabalhos. Ismael considera também inconcebível a incapacidade das diversas correntes de pensamento para o diálogo.

POUCO

Aldo Arantes, pela liderança do PC do B, considerou que neste ano a Câmara dos Deputados, tendo em vista as atenções com os trabalhos da Constituinte, pouco produziu, enquanto que o Governo Federal, aproveitando-se dessas dificuldades conjunturais, tornou-se o campeão dos decretos-leis.

— O Governo Sarney deixou cair por terra sua máscara, tomando atitudes antinacionais, antidemocráticas e antipopulares.

LEITO NATURAL

Para José Genoino, do PT, toda disputa que se dá na sociedade transfere-se para o Parlamento, que é o seu leito e expressão natural, inclusive o radicalismo e o dissenso.

— O Parlamento reflete as contradições, os conflitos e dissensos de toda a sociedade brasileira. O Parlamento é um poder aberto às pulsações desta sociedade, o mais exposto e o único com o qual os cidadãos estabelecem uma relação direta e podem, por isso mesmo, afirmar seus direitos de cidadania.

DE CENTRO

Ulysses foi exaltado também pelo Líder do PFL, José Lourenço, o qual fez ver que o presidente da Constituinte a todos chama para o diálogo.

— Todos sabemos — diz ainda — que a Nação brasileira não é muito de esquerda nem de direita, é centrada. E o "Centrão" não veio para impor vontades nem para esmagar, pois perder ou ganhar é do jogo democrático, como por diversas vezes sucedeu na Comissão de Sistematização.

O povo deve homologar a Constituição

“Temos de criar mecanismos que possibilitem a expressão dos setores populares tanto na elaboração da nova Carta quanto nos mecanismos finais de sua aprovação, isto é, temos que desenvolver formas de manifestação plebiscitária para que os mais diretamente atingidos pelo tipo de regime que ainda temos se coloquem diante da problemática atual”. As palavras são do deputado Lysâneas Maciel (PDT — RJ), que é mais um constituinte a defender a realização de um plebiscito para que a sociedade opine a respeito da nova Constituição. Ao argumentar que o processo constituinte só terá legitimidade maior se o povo homologar os trabalhos, Lysâneas Maciel cita Norberto Bobbio quando este afirma que a luta pela democracia pressupõe, entre outras coisas, a “desconcentração do poder, com participação efetiva da comunidade nos processos decisórios, seja a nível nacional, estadual e municipal”. Maciel explica também que o plebiscito não é uma consulta a ser feita a toda hora, mas nas ocasiões “mais importantes e prementes, como é o caso da elaboração da Constituição”.

JC — Quais as razões de sua insistência na questão do plebiscito?

Lysâneas Maciel — Em primeiro lugar por uma questão de princípios, o povo precisa participar mais. As formas conhecidas de participação direta são aquelas que se dão nas eleições e o plebiscito como consulta, como legitimação de atitudes ou planejamento de importância dos quais a população não participou diretamente. Além do mais todos sabemos das imperfeições de nossa democracia representativa. Enquanto não a aperfeiçoarmos naquilo que é possível, o plebiscito ajudaria a irmos corrigindo as distorções.

JC — Poderia especificar um pouco quais são essas distorções?

Lysâneas Maciel — Não podemos nos esquecer de que os vícios do processo eleitoral e das articulações políticas, afastadas do próprio povo, são antigos em nossas práticas políticas e foram acentuados mais ainda pelos vinte anos de ditadura. Não podemos esperar que esta Assembléia Nacional Constituinte tenha, por si só, o condão de promover as alterações necessárias à vida política nacional. Não podemos nos esquecer que vários dos corifeus da ditadura participam da elaboração da Carta.

JC — Mas como vamos saber se há eficácia e, ainda, se o povo gostaria de participar em meio a tanta desconfiança e apatia?

Lysâneas Maciel — Exatamente em função destas constatações é que devemos insistir no fato de que temos de criar mecanismos que possibilitem a expressão dos setores populares tanto na elaboração da nova Carta quanto nos mecanismos finais de sua aprovação, isto é, temos que desenvolver formas de manifestação plebiscitária para que os mais diretamente atingidos pelo tipo de regime que ainda temos se coloquem diante da problemática atual. Estes anseios têm de ser captados sem nenhum filtro, sem interpretações tendenciosas e sem escamoteações. Veja bem, atualmente “o

Centrão” tem usado *ad nauseam* o argumento de que lutariam os seus parlamentares para uma volta àquilo que a grande maioria dos brasileiros deseja. Bem, é o que gostaríamos de ver.

JC — Mesmo assim, não é um pouco ilusório pensar que através do plebiscito haveria a correção destas distorções? Isto é, a complexidade da situação não suplantaria as possibilidades do plebiscito?

Lysâneas Maciel — Sem dúvida que sim. Não podemos esperar que, repentinamente, as consultas trouxessem a solução para o nosso problema, mas convém lembrar que, até agora, não temos, em nossa prática democrática precária e intermitente, incluído o povo nas decisões. Existe então um pressuposto muito difundido de que o “povo não está preparado”, “é fisiológico”, etc... Mas, de fato, não temos nenhuma comprovação destas afirmações, enquanto, em contrapartida, temos larga experiência dos desmandos perpetrados pelas elites que sempre governaram o país. Esta é uma questão de fundo. Nossa insistência se dá exatamente porque todo este processo constituinte só terá legitimidade maior se o povo, fonte originária do poder, homologar nossos trabalhos. Norberto Bobbio, afirma que a luta pela democracia pressupõe, entre outras coisas, a “desconcentração do poder, com participação efetiva da comunidade nos processos decisórios, seja a nível nacional, estadual e municipal”. Plebiscito e Assembléia Nacional Constituinte têm a mesma fonte: a soberania do povo.

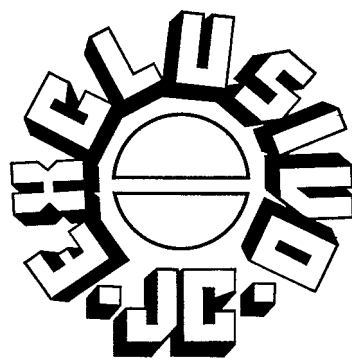
JC — Com isto o Sr. quer dizer que a democracia pressupõe, em

A democracia representativa não é nem definitiva nem acabada. Muda conforme a nação e a experiência de cada povo

ADIRP/Benedita Passos



Maciel: não temos, em nossa prática democrática precária e intermitente, incluído o povo nas decisões.



Uma Carta que pretenda atingir as necessidades básicas de um país é por demais importante para ser implantada sem uma consulta popular

larga escala o plebiscito? Considere isto realmente viável?

Lysâneas Maciel — Não exatamente. É óbvio que o plebiscito é uma consulta que não se fará a toda hora, mesmo porque isto seria inexecutável, mas nas ocasiões mais importantes e prementes, como é o caso da elaboração da Constituição. Uma Carta que pretenda atingir as necessidades básicas de um país é por demais importante para ser implantada sem uma consulta. Mas no que tange à questão da democracia representativa o que se pode dizer é que não é nem definitiva nem acabada. Não só ela varia conforme a nação e a experiência de cada povo, como necessita de aperfeiçoamento constante. No caso brasileiro ainda temos o fenômeno vergonhoso dos currais eleitorais e da compra dos votos. Como a democracia não é uma realidade estática, a descentralização é absolutamente necessária. Creio que esta descentralização está a caminho através do chamado movimento social e alguns resultados salutareis já se fazem sentir.

JC — De que maneira o movimento social poderia aperfeiçoar a democracia?

Lysâneas Maciel — Uma das primeiras contribuições seria no sentido de eliminar os currais eleitorais e a compra do voto. Veja bem, quando os canavieiros se organizam e protestam contra as condições desumanas em que trabalham, algo de novo acontece, porque uma reivindicação como esta faz com que o trabalhador conheça melhor os mecanismos que regem a sociedade à qual pertence. Não é, evidentemente, tudo, mas apressa um pouco a tomada de consciência do quadro nacional. Jornalinhos começam a circular, idéias novas entram em sua vida comunitária e sentimentos, percepções novas entram em pauta. Algumas discussões que só aparecem no momento das eleições reaparecem com força. Assim, o que antes parecia uma negociação individual aparece agora como um confronto coletivo, o que, sem dúvida, traz aspectos inteiramente novos à vida no campo. Todos conhecemos os baixos salários que eram, e ainda são pagos nos canaviais, mas os caminhos necessários à solução estão sendo postos na mesa. É óbvio que os usineiros não foram os propulsores destas medidas saneadoras.

JC — Mas há aqueles observadores que consideram o mesmo fenômeno com olhos mais críticos considerando que as reivindicações não vão muito além dos salários...

Lysâneas Maciel — Isto também é verdade. Não se pode esperar que um trabalhador semi-escravidado pelos maus-tratos, salários miseráveis e doenças, apareça

Mas o que incomoda é a tomada de consciência por parte de um povo que sempre esteve calado

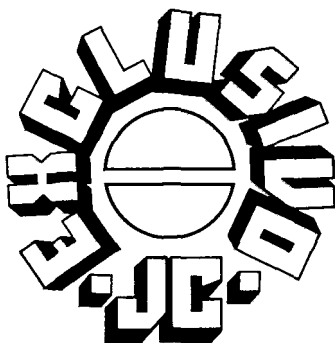
na primeira oportunidade com a consciência exata do que são os complicados mecanismos sociais, que nós mesmos levamos tantos anos para entender. Se não há, simultaneamente, uma relação pedagógica de outros agentes sociais ajudando nas análises e diagnósticos, grande parte se perde. Por isto mesmo é que ainda se vendem votos, que há currais eleitorais e assim por diante. Uma ação que não pode ser desprezada é aquela desenvolvida pelas comunidades de base da Igreja Católica, que, com variações, tem levado o povo a refletir com mais cuidado sobre a própria vida. Daí os ataques furibundos que têm recebido por parte dos setores mais conservadores da sociedade. Isto é curioso porque mesmo elas não são homogêneas e nem todas têm perspectiva “revolucionária” como querem os seus detratores, mas o que incomoda é a tomada de consciência por parte de um povo que sempre esteve calado. Mas o fato é que estão se movimentando... E sofrem ataques de todos os lados, pois a extrema direita as considera comunistas e os marxistas ortodoxos delas desconfiam em função de suas ligações com as propostas do cristianismo.

JC — Seriam estes movimentos, então, incentivadores dos sindicatos e das associações de bairros?

Lysâneas Maciel — Mais que isto. Na verdade transcendem o que as organizações existentes representam, embora não deixem de ajudar em sua organização e propostas de luta. A meu ver representam o cunhar de uma cidadania que jamais tivemos, porque andamos na direção em que falava Bobbio. Representam a descentralização do poder. Mostram a necessidade de colocar mais atores na arena das decisões. Em termos de Terceiro Mundo isto é absolutamente necessário, uma vez que não tem existido uma participação mais relevante de diversos setores da sociedade nas decisões públicas. A manipulação populista apenas transmitia a ilusão de participação. O que os progressistas querem no momento é que a participação dos setores populares seja efetiva e colabore na correção das distorções graves que imperam na sociedade brasileira.

Regime de gabinete, mas sem crise

"Eu, por exemplo, sou presidencialista no presente momento. Entendo que o parlamentarismo deva ser implantado não num momento de crise, mas no momento em que o país estiver estável. A frase é do constituinte Carlos Alberto (PTB — RN), que não descarta a implantação do sistema parlamentar de Governo. Para ele, o parlamentarismo "pode e deve ser adotado, porque é uma forma de governo em que o Parlamento participa e decide, é uma forma de governo acima de tudo muito democrática e ampla, mas que tem que ser implantado quando o país estiver em plena estabilidade, e não num país vivendo momentos angustiantes de crise, em momentos de instabilidade política, econômica e social".



O plebiscito sobre as questões aprovadas na Constituinte geraria mais instabilidade ainda

JC — Senador, a Comissão de Sistematização aprovou a adoção do sistema parlamentar de Governo. Qual é a sua opinião a respeito do assunto?

Carlos Alberto — Na minha opinião, a Comissão de Sistematização, no momento em que aprovou o sistema parlamentarista, não traduziu a realidade do Congresso Constituinte, ou seja, a maioria. Parece-me que hoje temos a clara evidência de que a maioria prefere o presidencialismo. Eu por exemplo, sou presidencialista no presente momento. Entendo que o parlamentarismo deva ser implantado não num momento de crise, mas no momento em que o país estiver estável. O parlamentarismo sempre foi utilizado para se colocarem as pedras no tabuleiro da discussão dos momentos angustiantes de crise neste País. Se colocarmos hoje o parlamentarismo como forma de Governo, esse regime já nasce canceroso, já nasce doente e poderá evidentemente morrer amanhã, como foi o caso de 1964, com o próprio presidente João Goulart, que chegou a fazer um plebiscito, e o povo preferiu o sistema presidencialista.

Dá eu entender que é preciso que haja um trabalho de conscientização, que possa permitir a todos os segmentos da sociedade reflexões, e, dentro dessas reflexões, havendo uma consciência geral, é evidente que o sistema parlamentarista pode e deve ser adotado, porque é uma forma de Governo em que o Parlamento participa e decide, é uma forma de Governo acima de tudo muito democrática e ampla, mas tem que ser implantado quando o país estiver em plena estabilidade, e não um país vivendo momentos angustiantes de crise, em momentos de instabilidade política, econômica e social.

JC — Com relação à duração

do mandato presidencial: quatro, cinco ou seis anos?

Carlos Alberto — Acho que o presidente José Sarney abriu um precedente de abdicar de um ano, o que não poderia jamais fazer. Quando o mandato dele chegasse a cinco anos, quando atingisse esses cinco anos de governo, ele poderia renunciar a um ano de mandato. Mas abriu um precedente e abdicou de um ano. No momento em que se abdica de um ano, abdica-se de dois ou três. Com a abertura desse precedente, é evidente que o Congresso Constituinte promoveu um amplo debate acerca da duração do seu mandato. É claro e evidente que devemos respeitar a Constituição em vigor, e as dificuldades que estamos enfrentando na Constituinte são por conta exatamente de estarmos fazendo uma Constituição para o amanhã, mas sob a tutela de uma Constituição que existe hoje. Hoje, ela diz que o mandato presidencial é de seis anos.

Sou daqueles que não jogam no caos. Sou daqueles que procuram, acima de tudo, promover a estabilidade do país. É claro que estamos hoje num sistema instável, num país com profundas crises políticas, sociais e econômicas, mas não podemos transformar o Brasil numa Bolívia. A cada momento de crise, pensa-se, imediatamente, em uma mudança de um homem, de um cidadão. Admito que se possam mudar programas, idéias, e que planejamentos outros possam ser feitos, mas não acredito que, só mudando um cidadão, se possa transformar este Brasil de hoje que está ruim no Brasil de amanhã cheio de coisas boas. A eleição direta, tão amplamente divulgada pelos partidos de oposição, na busca do voto popular e que conseguiu, acima de tudo, respaldo, como foram as manifestações populares das ruas em

ADSRP/Benedicta Passos



Carlos Alberto: o parlamentarismo hoje já nasce doente

busca da convocação da Assembleia Nacional Constituinte e em busca de eleições diretas para que Tancredo pudesse eleger-se, essas campanhas ganharam popularidade e respaldo popular. O povo participou, mas pergunto: alguma coisa mudou, alguma coisa melhorou? A resposta seria negativa, pois nada mudou. Ao contrário, a situação foi agravada por crises e mais crises, e, hoje, vejo o país numa situação de extrema dificuldade.

Há instabilidade em todos os setores, e não vamos resolver esse problema tão-somente com jogo de interesses, ou seja, líderes políticos que pretendem ser presidente da República jogam e procuram atingir o caos, para que, do caos, eles possam conquistar os espaços políticos e possam, através da insatisfação popular, conquistar popularidade e, com popularidade, chegar ao Palácio do Planalto.

A classe política precisa saber que saiu de um regime militar que, hoje, é responsável pelo sistema de governo e precisa mostrar ao povo brasileiro que o político também é competente, e, para que ele dê demonstração de competência, é preciso, acima de tudo, que seja promovido o diálogo e que seja implantado, neste país, um regime democrático com estabilidade plena.

JC — Muitos defendem, após a promulgação da nova Carta, que haja um plebiscito, alguns para temas específicos como presidencialismo ou parlamentarismo, outros para a totalidade da Carta. Qual seu pensamento?

Carlos Alberto — Não defendo essa tese de plebiscito, porque acho que todos aqueles que foram eleitos, foram eleitos pelo povo. Aqui não há mais nenhuma figura execrada de biônico, que foi tão difundida e execrada no passado,

quando o ex-presidente Geisel atingiu o Congresso Nacional, colocando aqui os senadores biônicos. Entendo que aquele que aqui chegou, chegou pelo voto popular, pelo mandato outorgado pelo povo, e, se o povo lhe deu o direito de aqui representá-lo, é evidente que ele tem toda a autoridade para decidir sobre a questão "a" ou a questão "b". O plebiscito sobre as questões aprovadas na Constituinte geraria mais instabilidade ainda, porque se colocaria em xeque a própria Assembleia Nacional Constituinte. Qual o valor desta Assembleia Nacional Constituinte, se ela realmente faz uma Carta Magna que vai ainda ser colocada em discussão junto aos diversos segmentos da sociedade? É evidente que é democrático e seria muito democrático, mas é acima de tudo uma reprovação àqueles que votaram, porque, se o povo amanhã o rejeitar, fica evidenciado que houve incompetência por parte da classe política.

JC — O texto aprovado na Comissão de Sistematização faz uma melhor distribuição do bolo tributário. Muitos acreditam, inclusive, que com isso haverá uma melhor distribuição da renda nacional. Como analisa o problema, com ênfase na sua Região, o Nordeste?

Carlos Alberto — A verdade é que sempre foi aspiração do Nordeste uma reforma tributária, até para tirar as algemas, porque hoje os governantes de todos os estados da Federação dependem tão-somente do Governo federal, pois vivem do Fundo de Participação, e o grande bolo fica com o Governo. Os prefeitos, por exemplo, vivem de pires nas mãos, aqui em Brasília, mendigando verbas, ajuda financeira para administrar seus municípios. Claro que a reforma tributária, dando essa liberdade, é evidente que teremos pre-

feitos e governadores livres para suas atuações e dando seguimento aos programas de desenvolvimento da nossa região, principalmente o Nordeste, que precisa, acima de tudo, desta reforma para poder sair dessa camisa-de-força.

Enquanto o Nordeste, ou diversas regiões do país, estiverem tão-somente sob o jugo do Fundo de Participação, será sempre um Nordeste pobre, pois não terá dinheiro para financiar os projetos que atendam às reivindicações sociais, os programas de amparo aos mais pobres, aos mais humildes, os programas que possam ser desenvolvidos para o crescimento da nossa região, evidente se só terá condições quando a reforma tributária for efetivamente colocada em prática e os nossos governantes tenham realmente condições de governar, pois hoje os prefeitos e governadores são gerentes de palácios.

JC — Como vê o texto aprovado na Comissão de Sistematização?

Carlos Alberto — Acho que há alguns pontos, evidentemente, importantes para a nossa nação. Agora, não podemos é transformar o Brasil na China de vinte anos atrás, ou seja, quando a China está buscando abertura, está inclusive defendendo os investimentos externos dentro da própria China. No Brasil, alguns segmentos procuram exatamente fazer com que ele se feche como foi fechada a China há alguns anos. A própria União Soviética, hoje, já admite, como está sendo feita e divulgada, a sua abertura para um sistema mais democrático, onde o seu povo possa ter maior liberdade, e vejo aqui no Brasil alguns segmentos criando dificuldades, ou seja, avançando a tal ponto que, amanhã essa Carta sendo aprovada, evidente que iremos ficar fechados para o resto do mundo.

Veja o caso da distribuição de petróleo, quer dizer, o monopólio da distribuição do petróleo. Claro que se você vai tirar daqui uma Atlantic, uma Shell, uma Esso, uma Texaco e vai colocar tudo isso nas mãos da Petrobrás, é preciso saber se ela tem condições para administrar tudo isso, saber se ela tem condições para absorver todo esse potencial de trabalhadores que estão nessas empresas.

Sou contrário a algumas posições avançadas como é o caso do fechamento para as empresas internacionais; sou contrário a algumas posições de avanços extremamente esquizitantes pois estaremos transformando o Brasil em países fechados que estão se abrindo. O socialismo em Portugal, hoje, está patenteado que, na verdade, seu povo está em dificuldade, insatisfeito e modificações já estão sendo introduzidas no sistema daquele país e Portugal já pensa em sair daquela coisa que foi feita há alguns anos. Então, o Brasil não pode, hoje, querer exatamente entrar na linha daqueles que, há alguns anos, eram fechados e hoje estão se abrindo, porque, se ele entrar nesse campo, teremos um retrocesso.

Quero um Brasil aberto, com capital externo, com mais empregos, com desenvolvimento, em franco crescimento e não um Brasil decrescente, fechando-se, tendo que viver tão-somente para os brasileiros e com os brasileiros. Não há condições, até porque, se você for analisar em termos de trabalho, em tudo precisa-se de know-how, em tudo precisa-se trocar.

JC — O deputado pertenceu à Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, cujo relatório não foi votado. O que houve?

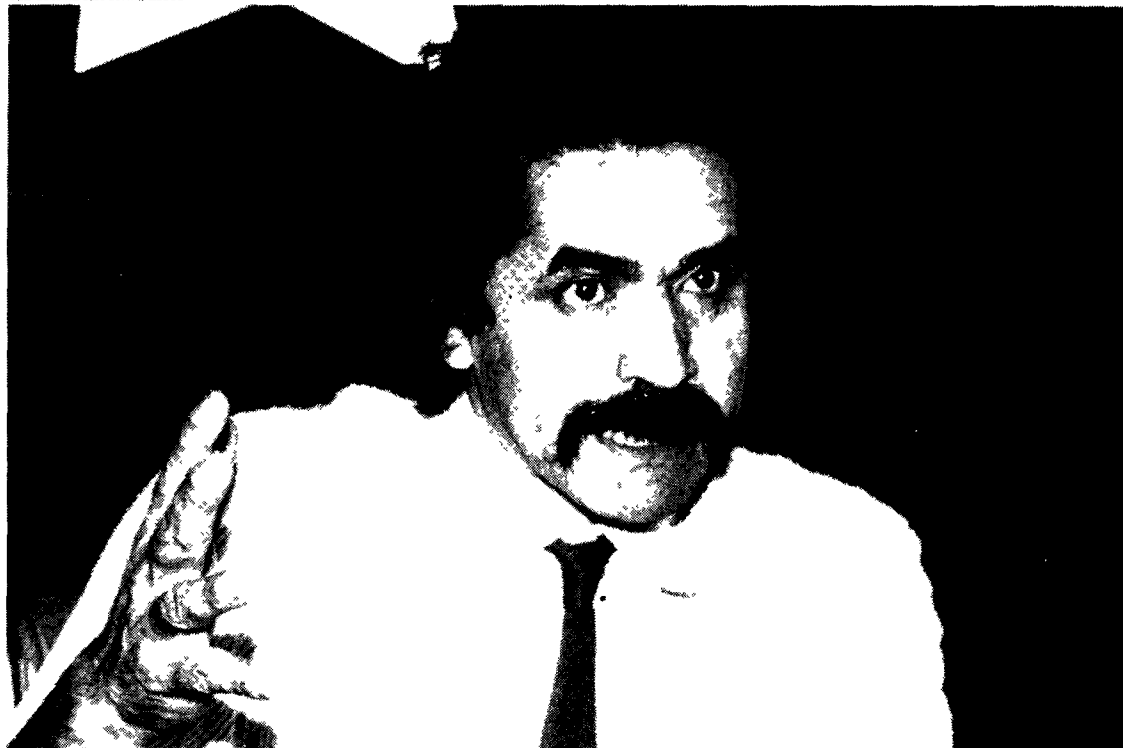
Olívio Dutra — Já na subcomissão, a questão das comunicações gerou o maior conflito. A subcomissão ouviu a sociedade civil, entidades de diferentes áreas com propostas que visam a democratização da política de comunicações no país, contra o monopólio, contra a manutenção do poder exclusivo nas mãos de poucos, na propriedade e no uso dos meios de comunicação de massa, rádio e televisão. A sociedade civil, ouvida na subcomissão, repito, através de várias entidades, inclusive entidades ligadas ao setor empresarial, reforçava uma proposta nossa da existência de um Conselho Nacional de Comunicação que retirasse das mãos do Executivo, e mais particularmente do ministro das Comunicações, o poder de decidir, a critério seu, junto com seus amigos, as concessões de televisão e de rádio. A pressão das grandes empresas de rádio e televisão do país, mais particularmente da Rede Globo, e pressões diretas do ministro das Comunicações, alterando votos, afastando parlamentares que estavam votando e substituindo-os por outros que tinham posições favoráveis à manutenção do que está aí, que é o ponto de vista do Ministério, levaram a que nós nos afastássemos, quando esse golpe estava sendo preparado dentro da subcomissão. Quando se iria votar parte do relatório da constituinte Cristina Tavares, que tratava dessas questões, esse tumulto se generalizou, e grande parte dos membros da subcomissão nos afastamos da votação. Acabou, então, que não houve relatório sobre comunicação nessa subcomissão.

Depois, na comissão temática, onde esse tema Ciência, Tecnologia e Comunicação se misturou a outros temas como Educação, Família, Menor, Idosos, essa questão, novamente, não foi votada, nem sequer discutida com a profundidade que merecia, em razão de pressões de ordem externa, vindas do Ministério, vindas do empresariado que tem interesse direto aí e contava com o apoio, dentro da comissão, através de parlamentares que são proprietários de televisão e de rádio nas suas regiões. De novo impediram uma discussão aprofundada e que fossem atendidos os reclamos da sociedade civil, no sentido da democratização da política de comunicação no país. Novamente, pela segunda vez, portanto, não foi votado um relatório das comunicações.

JC — Houve ou não grandes avanços relativos aos direitos sociais no texto aprovado na Comissão de Sistematização?

Olívio Dutra — Penso que houve avanços, alguns significativos, a maioria deles relativos à área dos direitos sociais. Por exemplo, não se aprovou a estabilidade, embora o empresariado e setores do governo, da direita, estejam a espalhar por aí que a Constituição aprovou estabilidade ou o emprego vitalício. Não houve isto. O que se avançou foi no sentido de impedir ou limitar — o termo melhor seria mesmo limitar — as demissões motivadas, mas se criou alternativas que possibilitam demissões por iniciativa do empregador

ADIRP/Benedita Passos



Dutra, apesar de empresários e setores do governo espalharem, não se aprovou a estabilidade.

“O PT é uma alternativa para o povo”

O presidente do Partido dos Trabalhadores, constituinte Olívio Dutra (RS), defende a democratização da política de comunicação no país, lembrando que a sociedade civil, quando ouvida, manifestou-se contra o monopólio, “contra a manutenção do poder exclusivo nas mãos de poucos na propriedade e no uso dos meios de comunicação de massa”. Dutra analisa também os avanços na área dos direitos sociais, aprovados na Comissão de Sistematização (“não pode haver retrocessos em Plenário”), a presença do Estado na economia e a sua atuação, a partir de agora, na Presidência do PT: “O partido é uma alternativa real para os trabalhadores e o povo, que querem mudanças, e uma forma de fazer política com coerência.”

que, na prática, altera muito pouco a realidade de hoje, que está baseada na enorme rotatividade da mão-de-obra.

Ora, até mesmo o fator tecnológico possibilita demissões, no texto aprovado na Comissão de Sistematização. Isto significa que o empresário pode introduzir uma máquina e, em razão disso, demitir um número x de empregados, além do fator econômico. Quem tem o controle da administração da empresa? Por acaso os trabalhadores e as suas entidades têm acesso a informações concretas que os possibilitem conhecer como ela está sendo administrada? Eles não têm esse conhecimento. Portanto, é o empresário quem vai definir se o mercado está mal, ruim, e com isso demitir empregados a seu critério. A proibição da demissão imotivada também não atingirá as empresas com até 10 empregados o que significa um contingente enorme de mão-de-obra neste país. Então, há um avanço relativo apenas nesta questão e que está sendo o cavalo de batalha da direita, do “Centrão”, do empresariado, porque esses não

querem nem esses avanços relativos. Penso que o Plenário da Constituinte poderia rediscutir essas questões, melhorar algumas delas, ampliar conquistas, aperfeiçoar outras.

Podemos e devemos, os que temos ligação direta com o movimento sindical, com o movimento popular, tratar de mobilizarmos aqui dentro e ligar nossa articulação com o movimento social real, para que haja pressão permanente da sociedade, dos trabalhadores do campo e da cidade, sobre os constituintes, em particular nas suas bases onde foram colher voto, de modo que, na hora da votação no plenário da Constituinte, que é definitiva, a votação seja no sentido de aperfeiçoar para melhor o texto da Comissão de Sistematização, e não de estabelecer retrocessos. Não podemos ter uma Constituição que não contemple reivindicações que os trabalhadores, muitos, já obtiveram na vida real, no conflito entre empresários.

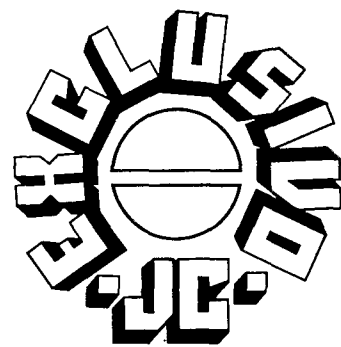
JC — Como vê a presença do Estado na economia?

Olívio Dutra — Eu acho que nós temos que ver que estado é o estado brasileiro. Nós não podemos tratar o estado, de um modo geral, como se nós estivéssemos na Europa, ou na Ásia, ou na África, nos países nórdicos. Nós temos um país, que é o Brasil, de capitalismo periférico, onde o estado tem um papel enorme. Tem uma cultura, tem uma história, este papel, e acho que o estado burocrático, pesado, cartorial, que herdamos do tempo da Colônia, tem de ser substituído por um estado moderno, ágil, eficaz. Mas, no nosso entendimento, o estado brasileiro tem que ter um papel enorme na regulamentação da atividade econômica. E há setores essenciais onde é o estado que tem que estar gerindo e administrando esses serviços ou essas riquezas.

Nós achamos que há áreas — por exemplo, de medicamentos no nosso país, há certas áreas estratégicas, fundamentais para a soberania do país, onde a chamada iniciativa privada não tem interesse de investir, porque o retorno é demorado, quer dizer, a chamada iniciativa privada, na verdade, sempre se beneficiou do estado, sempre recorreu ao estado, viveu de subsídios e de proteção do Estado. A chamada iniciativa privada sempre teve o desejo de socializar os custos e privatizar os lucros. Essa vem sendo a regra geral da iniciativa privada brasileira, com raríssimas exceções. Então, nós defendemos a presença do estado em algumas áreas, maior do que a de hoje e nós, no entanto, queremos um estado que não é este que está aí. Não queremos a presença maior do estado mantendo o estado com este perfil: um estado técnico, burocrático, militar. E, sim, um estado democratizado profundamente, onde a sociedade civil, através das suas instâncias organizadas, fiscalize os governantes, que controle os governantes e, não, ao contrário, como vem-se dando.

JC — Como vai ser a sua atuação na presidência do PT?

Olívio Dutra — O Partido dos Trabalhadores está num crescimento enorme, quantitativo e qualitativamente. É uma alternativa real, hoje, para milhares de trabalhadores do campo e da cidade e do povo em geral, que que-



Vem sendo a regra geral da chamada iniciativa privada, com raras exceções, o desejo de socializar os custos e privatizar os lucros

rem mudanças e querem uma nova forma de fazer política com coerência. Então, a responsabilidade do partido cresce e, portanto, a responsabilidade da sua direção, na mesma proporção. E nós vamos estar substituindo a maior liderança que o partido teve e não uma liderança apenas no interior do partido, mas uma liderança no campo dos trabalhadores, que é uma liderança popular, no país, que é a do companheiro Lula. Assim, a presidência do PT terá de ser, mais ainda do que antes, uma direção capaz de trabalhar com uma equipe de companheiros, tanto na Executiva quanto no Diretório, e de fazer com que o nosso partido esteja armado para enfrentar os desafios que tem, de ser um instrumento de avanço nas lutas populares no rumo de uma sociedade efetivamente democrática.

O Partido dos Trabalhadores tem um porte socialista afirmado no seu programa. E o partido, portanto, se propõe a ser, também, uma ferramenta na construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Ele terá, daqui para diante, de qualificar melhor essa sua visão estratégica. Cada arco, cada gesto, cada ação nossa, aqui e agora, não pode perder essa perspectiva.

Temos que ter políticas alternativas, do ponto de vista popular, para enfrentar a questão da política agrária, da política agrícola, do abastecimento, a questão da moradia, a questão dos transportes coletivos, a questão da educação e da saúde. Tem que ter propostas alternativas, do ponto de vista dos trabalhadores e que o PT saiba brandir, no dia-a-dia da luta política, e saiba também executar, uma vez chegando a governos, como vamos chegar, através do voto, nas eleições do ano que vem, em várias prefeituras. Então, o partido tem que ter esse pé na realidade, mas, jamais, pode ser um mero administrador circunstancial dos problemas da sociedade capitalista, nos municípios ou nos estados. Ele tem que, através dessas conquistas eleitorais, possibilitar que o povo construa o poder popular, que é alguma coisa que ultrapassa a gestão de um prefeito, ou a gestão de um presidente da República.

Futuro construído

Ciência e tecnologia são as palavras fatais desse final de século XX. O país discute o que é mais importante: incorporar rapidamente os grandes avanços já obtidos pelas nações desenvolvidas ou construir aqui mesmo o futuro da nação. O tema é tratado em três artigos (os de número 253 a 255) do Capítulo IV, do Título VII, que trata da Ordem Social. Embora esses dispositivos contêm com a concordância da maior parte dos constituintes, questões relacionadas à ciência e à tecnologia, como a definição de empresa nacional e o conceito de mercado interno como patrimônio do País ainda prometem gerar muita polêmica e discussões em plenário.

O texto, na íntegra, dos três artigos é o seguinte:

Art. 253. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a autonomia e a capacitação tecnológica e a pesquisa científica básica.

§ 1º A pesquisa científica básica, desenvolvida com plena autonomia, receberá tratamento prioritário do poder público.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltará-se para a solução dos grandes problemas brasileiros em escala nacional e regional.

§ 3º O compromisso do Estado com a ciência e a tecnologia deverá assegurar condições para a valorização dos recursos humanos nelas envolvidos e para a ampliação, plena utilização e renovação permanente da capacidade técnico-científica instalada no País.

Art. 254. O mercado interno integra o patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação.

Parágrafo único. O estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional como critérios para concessão de incentivos, compras e acesso ao mercado brasileiro.

Art. 255. Em setores nos quais a tecnologia de ponta seja fator determinante de produção, serão consideradas nacionais as empresas que, além de atenderem aos requisitos definidos no art. 200, estejam sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Parágrafo único. É considerado controle tecnológico nacional o exercício, de direito e de fato, do poder decisório para desenvolver, gerar, adquirir e absorver a tecnologia de produto e de processo de produção.

O art. 200 estabelece a definição de empresa nacional afirmando que "será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país ou de entidades de direito público interno".

Esse capítulo do projeto de

constituição para o parlamentar Adolfo Oliveira, do Partido Liberal do Rio de Janeiro e membro da Comissão de Sistematização, foi bastante prudente, e teve por resultado, segundo o constituinte, um texto de bom nível. Adolfo Oliveira acredita que o principal avanço do projeto é que torna possível uma abertura na legislação de modo a valorizar a pessoa do pesquisador e a própria pesquisa no País.

Já o constituinte Severo Gomes (PMDB — SP) acredita que, com os primeiros avanços obtidos no sentido de valorizar o trabalho do pesquisador no País, será possível dar passos posteriores que modifiquem a atual realidade do setor. Severo Gomes recordou, inclusive, uma visita sua ao IMPE, de São José dos Campos, na qual considerou as condições ainda insuficientes dadas ao pesquisador. Outro problema brasileiro no setor atualmente é o recuo salarial, que enfrentam esses profissionais e estudiosos.

Ainda no âmbito de legislação complementar posterior, Severo Gomes acredita ser necessário fixar recursos orçamentários para que a pesquisa tanto no campo científico como tecnológico tenha uma relativa autonomia que lhe permita ampliar as suas condições e áreas de atendimento. Severo Gomes recordou, inclusive, que a lei de informática, que hoje é resultado de intensa negociação entre Estados Unidos e Brasil, tinha em seu texto original uma destinação de verba especificada justamente para que se permitisse um avanço da pesquisa nacional no setor. "Infelizmente, o presidente da República na época vetou essa destinação de recursos."

A possibilidade de uma futura reserva de mercado para capacitação de empresas nacionais, o constituinte considera importante para o desenvolvimento do País. Definir o que é uma empresa nacional é pois importante para que se evitem casos como o do setor de comunicações. De acordo com Severo Gomes, embora o setor tenha empresas onde se registram inclusive domínio do capital nacional, na realidade apenas comercializam tecnologia obtida no exterior.

Essa reserva de mercado, por isso, teria importante papel no desenvolvimento de tecnologia nacional. "As empresas estrangeiras dificilmente terão interesse em desenvolver no Brasil uma tecnologia que já foi dominada em seu país de origem, nos laboratórios da empresa, e que estão, inclusive, na maioria das vezes inteiramente pagas no país de origem." Severo Gomes elogiou ainda dispositivo que considera o mercado interno como patrimônio nacional, por ser este conceito, segundo ele, fundamental para o desenvolvimento e domínio de tecnologia a nível interno.

Para o constituinte Roberto Campos (PDS — MT), entretanto, o dispositivo referente a ciência e tecnologia deveria simplesmente determinar que ao estado cabe a promoção da pesquisa que permita o desenvolvimento nacio-

nal, inclusive através de incentivos. Roberto Campos coloca-se radicalmente contrário à definição do mercado interno como parte do patrimônio nacional, pois essa disposição dificultaria a inserção do país no próprio comércio exterior. O parlamentar pergunta até se o fato de o Brasil aumentar a sua participação no mercado exterior permitiria que essa fatia fosse considerada como parte integrante do patrimônio nacional.

"Da forma como está colocada parecerá que o fato de Portugal e Espanha terem assinado os acordos que colocam os dois países dentro do Mercado Comum Europeu significaria que essas nações perderam o seu patrimônio nacional. O mesmo raciocínio se aplica quando o Brasil firma um acordo aduaneiro com a Argentina, por exemplo."

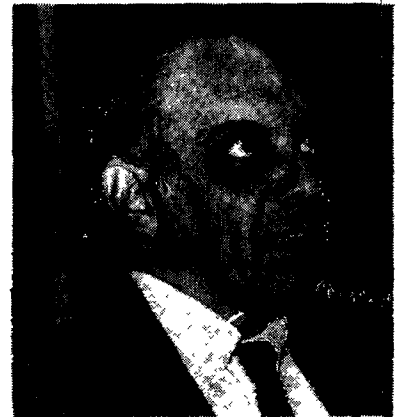
Outro ponto contestado pelo constituinte Roberto Campos é a definição de empresa nacional dentro desse capítulo, em que se coloca como exigência o controle incondicional do capital por brasileiros. "Ninguém vende ou cede tecnologia incondicionalmente. O país, como qualquer outro, terá que obedecer aos critérios internacionais tendo, por exemplo, que pagar royalties como qualquer outra nação, pois, do contrário, as empresas nacionais não obterão nenhum contrato de cessão de tecnologia no exterior. Roberto Campos considerou essa medida como mais uma tentativa de se estabelecer novas formas de reserva de mercado dentro do país.

O constituinte Carlos Alberto Caó (PDT — RJ), por sua vez, considerou exatamente a definição do mercado interno como patrimônio nacional o grande avanço do projeto de constituição, pois, segundo ele, permitirá que sejam asseguradas temporariamente atividades econômicas essenciais ao desenvolvimento e à soberania nacional.

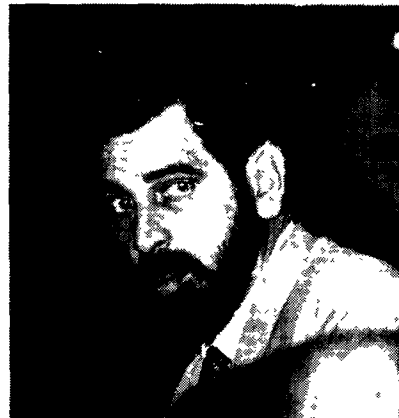
A reação que se tem verificado no exterior contra a política de informática brasileira, afirma Carlos Alberto Caó, não é dirigida contra a reserva de mercado em si, mas contra a existência de um diploma



Inocêncio de Oliveira



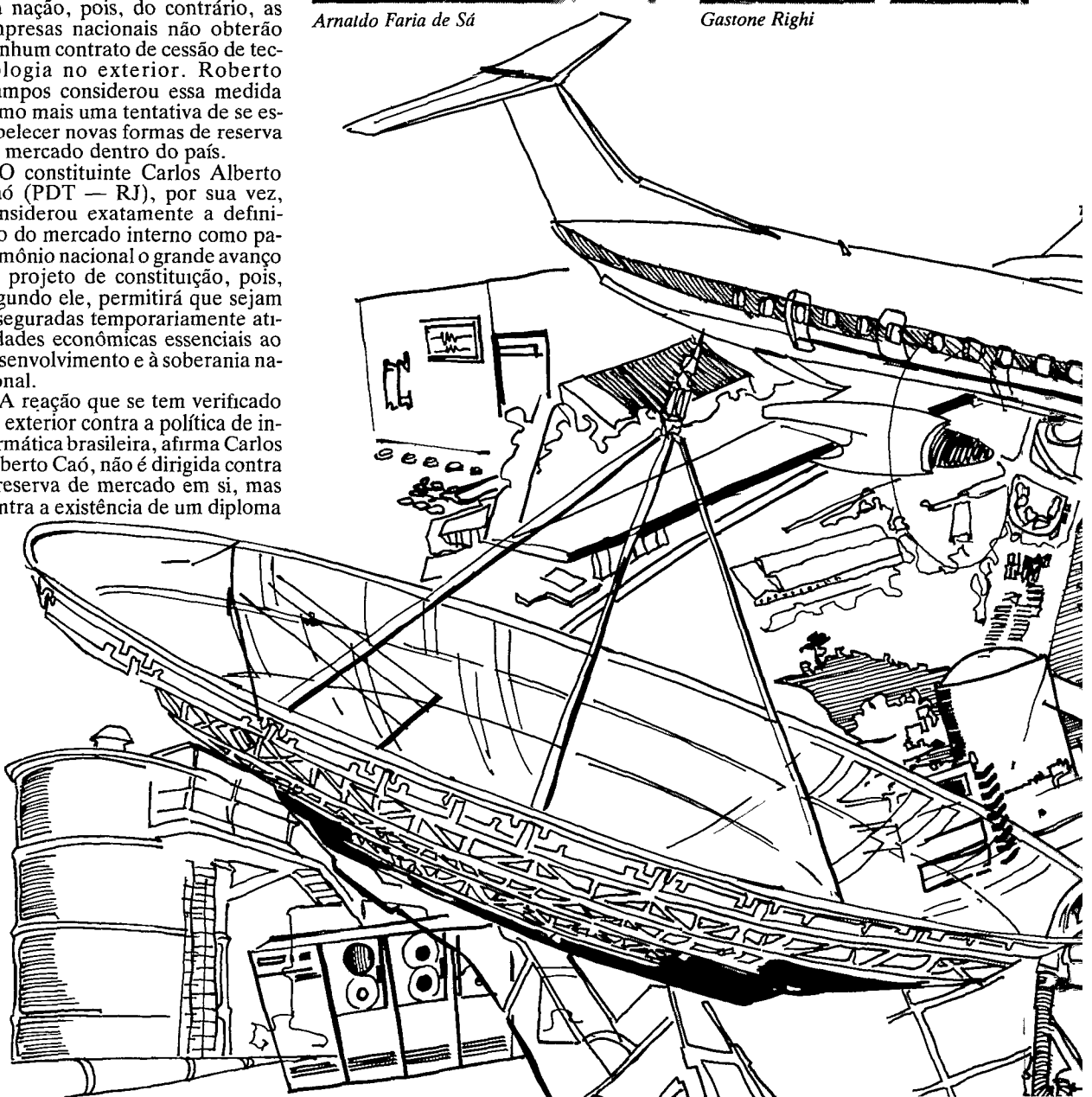
Artur da Távola



Arnaldo Faria de Sá



Gastone Righi



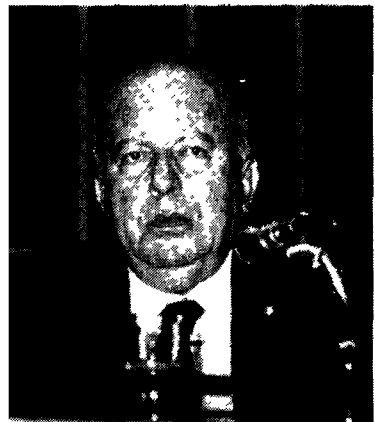
do ou adquirido?



Carlos Alberto Caó



Severo Gomes



Inocência Oliveira



Roberto Campos

legal que aprove a reserva. Essa situação, acredita ele, poderá ser contornada antes mesmo de concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional pois o Congresso já está apreciando normas legais sobre a questão.

“O que é importante ser ressaltado é que a política de reserva de mercado não é uma invenção brasileira, mas foi adotada em diferentes épocas das economias capitalistas e vários países adotaram a reserva como instrumento de política econômica”, afirmou o parlamentar. “Todo apoio e incentivo do estado, tanto administrativo como legal, deve ser convertido para as empresas nacionais, como fazem outros países”.

Carlos Alberto Caó ressaltou contudo que a autonomia tecnológica é relativa no mundo de hoje, pois o Brasil como tantas outras nações precisa de aporte de informação tecnológica do exterior. Por isso, não se pretende fechar o país, mas apenas, considerou ele, absorver tecnologia elaborada no Brasil e desenvolver o conhecimento, sem que os brasileiros sejam obrigados a recorrer sempre ao sistema de “caixas pretas”.

A partir dos dispositivos aprovados na Comissão de Sistematização, Carlos Alberto Caó acredita que se deverá procurar dotar as universidades de meios não somente financeiros, de modo a que essas instituições possam realizar trabalhos de pesquisa.

O constituinte Artur da Távola (PMDB — RJ) não acredita que a reserva de mercado seja uma imposição resultante de texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Segundo ele, o projeto apenas cria a possibilidade de o país fazer uso da reserva quando esse instrumento for considerado apropriado. Quanto às ameaças norte-americanas de retaliação aos produtos brasileiros em virtude de lei de informática, Artur da Távola lembrou ser um dos dilemas do constituinte exatamente o fato de que ele não está legislando para o momento, mas ao mesmo

tempo não pode desconsiderar a realidade presente. Entretanto, Artur da Távola crê que esse dilema se resolve na medida em que o constituinte se tiver resolvido pelos interesses nacionais. “Não se pode legislar sob chantagem de qualquer espécie”.

Artur da Távola considera de fundamental importância a preocupação hoje com a questão do desenvolvimento tecnológico e científico, a final “a tecnologia e a ciência estão para o futuro assim como a economia esteve para o passado e o presente.

O parlamentar do Rio de Janeiro não acredita, por sua vez, que com os dispositivos do projeto se possa impedir ou diminuir a troca de informações tecnológicas. De acordo com ele, essa troca não é de forma nenhuma automática, pois as grandes companhias não trocam tecnologia com qualquer outro país.

Artur da Távola não pretende com essa argumentação definir que somente o estado possa ser o agente gerador de ciência e tecnologia na sociedade. Em sua opinião, essa participação deve igualmente caber à iniciativa privada, mas crê entretanto que a pesquisa pura, por ser mais dispendiosa, deve caber ao estado, enquanto a pesquisa aplicada, pelas próprias condições que oferece, deve receber maior apoio da iniciativa privada. Esse esforço de dotação tecnológica, portanto, deve ser conjunto.

Já sobre a definição de empresa nacional, o constituinte acredita que deve haver uma definição clara não para fechar o mercado brasileiro, mas, sim, para dar condições de independência à empresa nacional.

O importante, segundo ele, é dar condições de competitividade à indústria nacional, sempre obedecendo o grau de instrumentação de cada setor, permitindo que o capital estrangeiro entre em setores onde o domínio científico e tecnológico ainda não se fez em grau que permita uma soberania.

“Considerarei o texto da Comissão de Sistematização muito bom no tópico referente à ciência e tecnologia, principalmente porque deu conteúdo nacionalista ao problema”. Estas palavras são do constituinte Inocência Oliveira (PFL — PE), que acrescentou que o futuro do país será proporcional ao desenvolvimento tecnológico que se obtiver.

Quanto à questão específica da informática, Inocência Oliveira afirmou ser importante a reserva de mercado por fortalecer o capital nacional em um setor tão vital para a economia e o desenvolvimento de diversos outros setores. Esse instrumento, segundo ele, permitirá ao país no futuro atingir a auto-suficiência, entretanto é preciso reconhecer que existem áreas dentro do setor da informática que o Brasil ainda não detém conhecimento suficiente. Por esse motivo, ele é favorável à abertura, por exemplo, na área de programas, desde que seja por um período determinado e de modo a abrir para o País uma perspectiva de autonomia futura.

“Devemos ainda fortalecer a pesquisa neste País, pois atualmente temos poucos centros que se dedicam ao desenvolvimento científico e tecnológico. O Brasil, sendo a oitava economia do mundo, não pode, sob pena de desatualizar-se e desatualizar a própria indústria nacional, deixar de investir constantemente em pesquisa nos diversos setores.” O constituinte pernambucano lembra a completa dependência por que passa o País no setor de química fina.

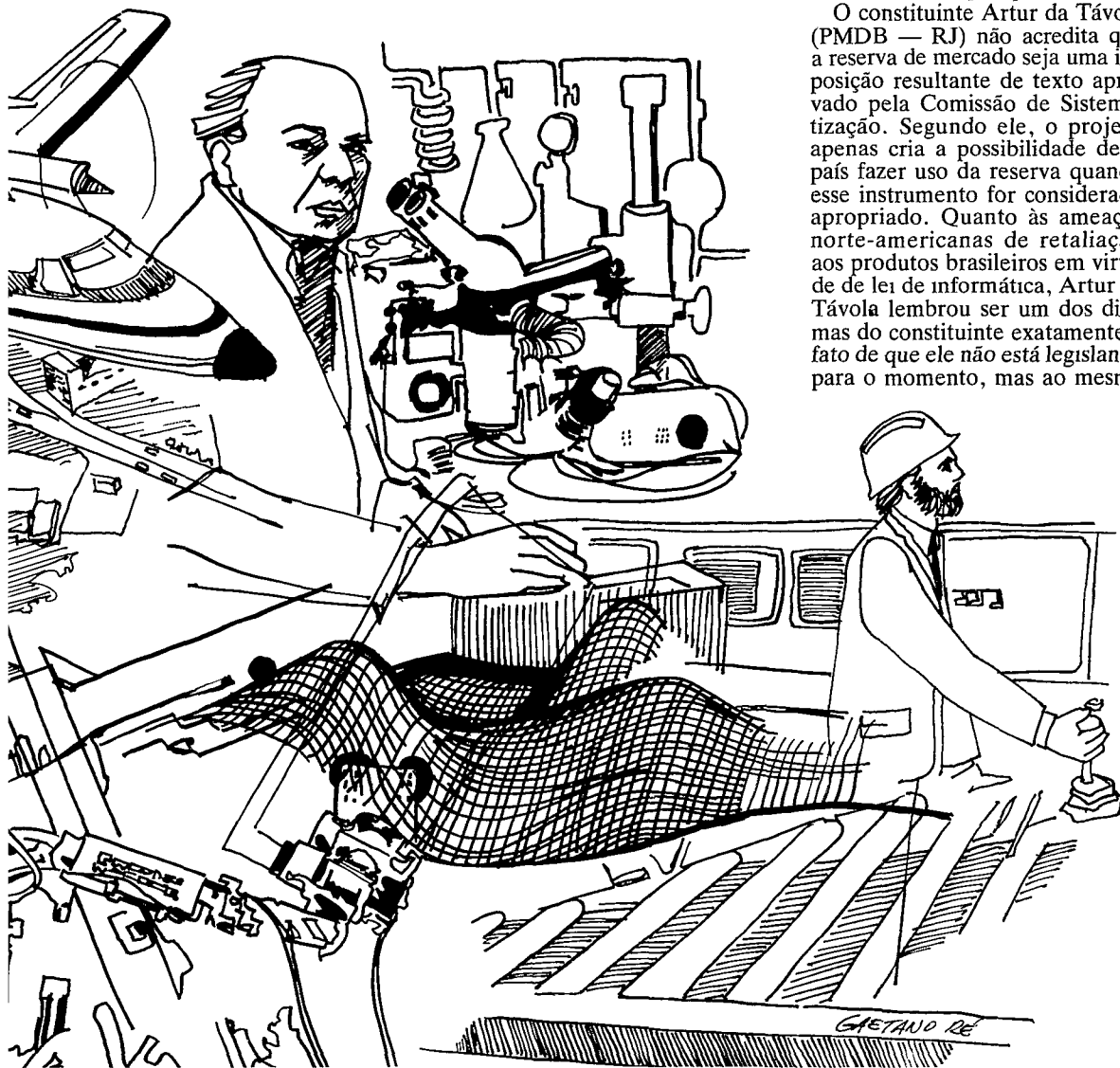
O líder do PTB, constituinte Gastone Righi, de São Paulo, também vê com bons olhos o resultado do projeto de constituição no âmbito da ciência e tecnologia. Para ele, o texto permite à lei ordinária estabelecer proteção, tal como a reserva de mercado, mas, ao mesmo tempo, não chega a extremos que comprometam o Brasil perante as demais nações. Quanto à questão do mercado interno como patrimônio nacional, Gastone Righi acredita ser somente uma figura de retórica que não tem maior alcance.

Quanto ao papel do pesquisador, Gastone Righi pensa que a sua valorização não se encontra somente no capítulo referente à ciência e tecnologia, sendo ele contemplado igualmente nos dispositivos do projeto constitucional atinentes à educação. Afinal, confirma ele, este é o ponto mais crucial para o avanço do País no conhecimento que lhe viabilizará o desenvolvimento futuro. “Fora da pesquisa, não há progresso possível”.

Gastone Righi igualmente combate aqueles que acreditam, que temem que a garantia da participação do Estado dando amparo à pesquisa se torne letra morta, como o percentual destinado à educação. “Pior é não haver qualquer tipo de previsão dentro do corpo legislativo. Se for um mau governo não cumprirá este e outros dispositivos, entretanto é preciso que haja um instrumento legal que dê suporte para que a sociedade civil possa pressionar o governo.

Já o constituinte Arnaldo Faria de Sá (PTB — SP) acredita que o capítulo de ciência e tecnologia encontra prejudicado em virtude de toda a preocupação em torno da reserva de mercado para a informática e das retaliações do governo norte-americano. “A reserva em si, eu considero um instrumento importante, entretanto a atual reserva está distorcida, pois é apenas uma política para alibis.” Arnaldo Faria de Sá lembrou ainda o que considerou uma fragilização da economia brasileira diante das sanções que poderão ser adotadas pelo governo dos Estados Unidos e citou como exemplo a sua recente viagem à cidade de França, que “está em pé de guerra com a possibilidade de perder o mercado norte-americano de calçados”. Por esse motivo, o parlamentar vê o momento como desfavorável para a aprovação dos dispositivos inseridos no projeto da Comissão de Sistematização.

Humberto Martins



Emendar para construir o país

Começamos, a partir desta edição, a publicar uma síntese das emendas apresentadas pelos constituintes e que foram aprovadas pela Comissão de Sistematização. Naturalmente que muitas dessas emendas foram compatibilizadas com outras que lhes eram semelhantes. A apresentação é feita segundo o sistema adotado pelo

Centro de Processamento de Dados do Senado Federal — Prodasen, que as classificou segundo o número de modificações oferecidas por cada Constituinte. Esse trabalho servirá para demonstrar que temas vem despertando mais interesse dos parlamentares e, igualmente, que tipo de assuntos obtém mais consenso até aqui. Poder-se-á, também, notar que os temas chamados po-

lêmicos e mais destacados por todos os meios de comunicação, inclusive o nosso, não são os únicos a concentrarem o interesse dos constituintes. Existe uma gama imensa de assuntos a serem definidos pela Lei Maior do País, e cada alínea, cada inciso, são discutidos exaustivamente.



NILSON GIBSON foi o grande recordista. Apresentou 1.157 emendas, das quais 252 foram aproveitadas, total ou parcialmente, pelo relator. Principais emendas: sobre a organização e funcionamento da Justiça; composição e atribuições dos tribunais; garantias de magistrados e auditores; contra a arrecadação dos direitos autorais exclusivamente pelo Estado; pela criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios independentemente da aprovação das respectivas Câmaras de Vereadores, desde que haja aprovação em plebiscito.



VIVALDO BARBOSA apresentou 668 emendas, tendo 150 aprovadas. Principais: assegura a aposentadoria das donas-de-casa, que poderão contribuir para a seguridade social; prega a livre associação profissional ou sindical; supre a expressão “por proposta do primeiro-ministro” do texto; assegura aos procuradores da República a opção entre as funções do Ministério Público Federal e da Procuradoria da União; garante que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.



JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA apresentou 626 emendas, tendo 197 aprovadas. Principais: sobre a inelegibilidade dos analfabetos e dos analfabetos; a que estabelece para os magistrados a aposentadoria facultativa aos 30 anos de serviço, após 5 anos de efetivo exercício na judicatura; a que determina a substituição do imposto sobre vendas a varejo de mercadorias pelo imposto sobre serviço de qualquer natureza; e a que pune como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.



ROBERTO FREIRE apresentou 596 emendas, das quais 183 aprovadas. Principais emendas: contra o abuso do poder econômico nas eleições e pelo respeito aos direitos políticos dos cidadãos, salvo os casos de inelegibilidade previstos na Constituição; pela livre criação e organização de partidos políticos; pelo ensino gratuito, obrigatório, universal e laico em todos os níveis; contra a destinação de verbas públicas a escolas particulares; pela desapropriação de imóveis urbanos para fins sociais, garantida indenização em títulos da dívida pública.



VILSON DE SOUZA apresentou 569 emendas, tendo 148 aprovadas. Principais: assegurando que os municípios só passarão a atuar em outros níveis de ensino quando as necessidades do ensino fundamental pré-escolar estiverem plenamente atendidas; reprimindo a formação de monopólio e oligopólios financeiros; submetendo a intermediação financeira aos interesses nacionais e ao processo produtivo e à distribuição de renda, tornando inelegíveis os parentes e cônjuge do presidente da República.



JAMIL HADDAD apresentou 528 emendas, das quais 113 aprovadas. Principais emendas: mantendo a instituição do júri; contra a concessão; pelo poder público, de declaração de cumprimento de função social por imóveis rurais, contra a suspensão de associações civis a menos que haja decisão judicial transitado em julgado; contra a acumulação de concessões de rádio e TV por parte de uma mesma entidade; a favor do voto obrigatório para os maiores de 18 e menores de 70 anos de idade; pela exigência de concurso público para o ingresso na magistratura.



ALFREDO CAMPOS apresentou 509, sendo que 148 foram aprovadas. Principais: estabelece tributos sobre rendas e proventos de qualquer natureza, inclusive ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos; incumbem o estado, em colaboração com escolas e associações de promover e garantir recursos para a física e o desporto; assegura a proteção do poder público ao patrimônio cultural brasileiro.



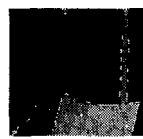
EGÍDIO FERREIRA LIMA apresentou 506 emendas, das quais 182 aprovadas. Principais emendas: a favor de foro privilegiado, nos crimes comuns, para autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário; a favor de remuneração idêntica para senadores e deputados federais, com incidência do imposto de renda; pela possibilidade de o presidente da República adotar medidas provisórias, com força de lei, em caso de relevância e urgência dando ao STF competência para processar e julgar os conflitos de jurisdição entre os demais tribunais de Justiça.



NELTON FRIEDRICH apresentou 504 emendas, das quais 131 aprovadas. Principais emendas: contra o monopólio estatal ou privado dos meios de comunicação; pelo pleno direito de greve; pela soberania popular, exercida, entre outras formas, através da consulta plebiscitária e do sufrágio universal; pela fixação do salário mínimo levando-se em conta as necessidades reais do trabalhador e de sua família; pela aplicação de, no mínimo, 20% da receita fiscal da União, e de 30%, no caso dos estados e municípios, em favor do desenvolvimento do ensino.



FRANCISCO AMARAL apresentou 502 emendas, das quais 96 foram aprovadas. Principais: atribui à Assembléia a fixação da contribuição da categoria profissional ou econômica destinada ao custeio de sua representação sindical; participação dos empregados na gestão das empresas de médio e grande porte; reconhecimento das atividades de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente; criação de Tribunais Regionais Federais do DF, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.



JOSÉ EGREJA apresentou 491 emendas, tendo 101 aprovadas. Principais: disciplina a ação das Forças Armadas sob a autoridade suprema do presidente da República; assegura a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença; estabelece as condições de elegibilidade; assegura que as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas; distribui a participação na política agrícola entre os setores da produção.



RICARDO IZAR apresentou 462 emendas e teve 145 aproveitadas. Principais emendas: contra a prisão civil por enriquecimento ilícito; a favor do usucapião urbano quando o ocupante tiver pelo menos 5 anos de posse sem oposição e desde que o imóvel não tenha mais de 125 metros quadrados de área; a favor da reserva às empresas nacionais dos setores pesqueiro e de navegação de cabotagem; contra a instituição de alíquotas progressivas para o imposto sobre herança e doações; a favor do controle dos direitos autorais pelos próprios autores e intérpretes.



MAURÍCIO CORRÊA apresentou 450 emendas, tendo 140 aprovadas. Principais: sobre competência do Superior Tribunal de Justiça; sobre estrutura do Poder Judiciário; sobre competência privativa dos Tribunais; estabelecendo que o casamento será civil e gratuita a sua celebração; sobre exoneração do procurador-geral de Justiça antes do término de seu mandato; sobre delimitação da extensão da ação direta de inconstitucionalidade; determinando que o Estado preste assistência judiciária gratuita aos sem recursos suficientes.



PAULO PIMENTEL apresentou 444 emendas, tendo 117 aprovadas. Principais: a que estabelece a inelegibilidade para qualquer cargo do cônjuge ou dos parentes do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos; a que determina para os litigantes e acusados em geral o contraditório e a ampla defesa; sobre os estados poderem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros ou formarem novos estados; e a que trata do relaxamento da prisão ilegal.



JOSÉ SANTANA apresentou 433 emendas, tendo 121 aprovadas. Principais: a que determina que nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, a que estabelece que, para a aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de serviço na administração pública ou na atividade privada rural ou urbana; sobre a competência da União para legislar sobre seguros; e a que quer suprimir a imposição constitucional de que devam ser progressivas as alíquotas do imposto sobre causa mortis e doação.



CUNHA BUENO apresentou 429 emendas, das quais 92 foram aprovadas. Principais: estabelece as funções e estrutura do Poder Executivo; limitação das receitas e despesas da União; garantia de seguridade social nos casos de doença, velhice, invalidez, maternidade, morte, reclusão, ofensa criminal, desaparecimento, trabalho; estende os benefícios do sistema previdenciário à mulher do lar que exerça trabalho no âmbito doméstico; nova redação ao Título II do Projeto — “Da Organização do Estado Federal”.



PAULO MACARINI apresentou 421 emendas, tendo 98 aprovadas. Principais: transferindo para a legislação ordinária a questão da contagem recíproca do tempo de serviço; considerando crime inafiançável qualquer discriminação atentatória a direitos; proibindo que benefícios, ou serviços compreendidos como seguridade social sejam criados, majorados ou estendidos sem fonte de custeio total; regulamentando o aproveitamento de funcionário posto em disponibilidade por reintegração de outrem.



ANNA MARIA RATTES apresentou 419 emendas, e teve 118 aprovadas. Principais emendas: a favor do pagamento e pensão mensal de um salário mínimo a toda pessoa com mais de 60 anos, independente de prova de recolhimento das contribuições previdenciárias e desde que o beneficiário não possua outra fonte de renda; pelo pleno direito de greve; contra a limitação do número de divórcios; pela assistência gratuita, em creches e pré-escolas, aos filhos e dependentes dos trabalhadores, entre zero e seis anos de idade incompletos.



MAURÍCIO NASSER apresentou 409 emendas, tendo 83 aprovadas. Principais: limitações à instituição das contribuições sociais; proibição de aplicação de recursos públicos para contribuição ou manutenção de entidades de previdência privada de fins lucrativos; caracterização do ICM como não cumulativo, admitida sua seletividade; explicitação da faculdade das entidades representativas de categoria profissional prestar serviço previdenciário.



BRANDÃO MONTEIRO apresentou 383 emendas, sendo 105 aprovadas. Principais: imunidade do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) ao transporte urbano de passageiros, nas áreas metropolitanas e microrregiões; determinação do repouso semanal remunerado e também nos feriados civis e religiosos, segundo a tradição local, para todos os trabalhadores; liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão; manutenção de todos os incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus; competências específicas dos poderes da União.



VICTOR FACCIONI apresentou 373 emendas, tendo 109 aprovadas. Principais: consagração do princípio da liberdade de ensino, ressalvada a intervenção do poder público para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos; obrigatoriedade de plebiscito às populações diretamente interessadas no caso de criação, incorporação e fusão e desmembramento de municípios; manutenção da competência do município sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza; estabelecimento de uma política habitacional para o trabalhador rural.



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO apresentou 370 emendas, tendo 136 aprovadas. Principais: considerando como compulsória a aposentadoria com vencimentos integrais aos setenta anos de idade ou por invalidez e facultativa aos trinta anos de serviço; garantindo que a pesquisa científica básica, desenvolvida com plena liberdade, será incentivada pelo poder público; considerando com direitos iguais e qualificações os filhos, independente da condição de nascimento, mesmo sendo adotados.



FARABULINI JÚNIOR apresentou 365 emendas, tendo 67 aprovadas. Principais: regulando a autorização ou concessão pela União para exploração dos recursos minerais em terras indígenas, que neste caso dependerá sempre de anuência das populações indígenas envolvidas; aumentando em 10% as vagas existentes nos estabelecimentos de ensino superior da rede particular e as destinando para estudantes carentes como "bolsas de estudo"; dando o direito de voto e de serem votados aos aposentados em eleições sindicais.



MÁRIO MAIA apresentou 362 emendas, tendo 66 aprovadas. Principais: delegando à lei a definição do capital estrangeiro e estabelecimento de critérios para sua atuação no Brasil; assegurando aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios a participação no resultado da exploração e aproveitamento dos recursos naturais renováveis ou não, bem assim como os recursos minerais em seu território; considerando alistáveis todos os militares, inclusive os conscritos.



WILSON MARTINS apresentou 356 emendas, das quais 103 aprovadas. Principais: a que estabelece que as cotas e as promoções do Ministério Público serão sempre fundamentadas; a que determina que os conselhos estaduais de justiça terão composição, competência, organização e atribuições correspondentes às do Conselho Nacional, a serem definidas em lei complementar; a que modifica para dois anos o prazo de aquisição de vitaliciedade dos juizes togados do Tribunal Regional do Trabalho.



VASCO ALVES apresentou 353 emendas, das quais 89 aprovadas. Principais: a que obriga o Estado a assegurar à criança e ao adolescente, além dos direitos e garantias individuais da pessoa humana em geral, o direito à assistência social e o direito à proteção especial, quando em caso de vulnerabilidade; a que cria a política nacional de saúde e define os deveres do Estado no campo da saúde; e a que subordina o direito de propriedade urbana à sua função social.



JOSÉ MARIA EYMAEL apresentou 346 emendas, tendo 121 aprovadas. Principais: a que determina maioria absoluta de votos para aprovação de lei que institua empréstimo compulsório; a que estabelece que as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos; sobre o desmembramento de municípios; sobre o dever de o pai criar e educar os filhos menores e de os filhos maiores auxiliarem e ampararem os pais; e sobre a liberdade de ensino ser direito inalienável da família.



DÉLIO BRAZ apresentou 345 emendas, das quais 71 foram aprovadas. Principais: a que assegura às donas-de-casa os benefícios da seguridade social, inclusive o da aposentadoria; a que permite à Justiça Eleitoral impugnar o mandato eletivo, anteriormente à diplomação, em virtude de provas de corrupção ou abuso do poder econômico; a que condiciona à aprovação do Congresso Nacional toda atividade nuclear em território nacional.



ANTÔNIO BRITTO apresentou 344 emendas, das quais 137 aprovadas. Principais: a que confere ao Congresso Nacional competência para apreciar a outorga, renovação, concessão, permissão, por parte do Poder Executivo, para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; a que assegura aos meios de comunicação ampla liberdade, nos termos da lei; e a que responsabiliza o Fundo Nacional de Seguridade Social pelo financiamento da seguridade social.



MANOEL MOREIRA apresentou 329 emendas, sendo 95 aprovadas. Principais: sobre a fiscalização e aplicação de recursos repassados, mediante convênios, pela União, a estados, Distrito Federal e municípios; determinando que deputados e senadores perceberão idêntica remuneração e ficarão sujeitos aos impostos gerais, inclusive o de renda; sobre a perda da nacionalidade brasileira; sobre a defesa dos consumidores; suprimindo artigo que inclui o produtor rural de economia familiar entre os segurados autônomos.



INOCÊNCIO OLIVEIRA apresentou 327 emendas, tendo 79 aprovadas. Principais: a que determina que a intervenção e a desapropriação de serviços privados de saúde devam incluir-se no dispositivo que universaliza o instituto; sobre a garantia da assistência preventiva nas ações de saúde; sobre a licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário; sobre a redução, para 30 dias, do prazo para impugnação do mandato eletivo; sobre as desapropriações de imóveis urbanos serem pagos, previamente, em dinheiro.



BONIFÁCIO DE ANDRADA apresentou 326 emendas, das quais 76 aprovadas. Principais: a que determina ao poder público a regulamentação, execução e controle das ações de saúde; a que submete aos requisitos previstos em lei complementar estadual a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; a que determina ao Supremo Tribunal Federal encaminhar ao Senado da República matéria considerada inconstitucional por decisão definitiva de dois terços de seus membros.



PAULO ROBERTO CUNHA apresentou 320 emendas, das quais 100 aprovadas. Principais emendas: livre o exercício de qualquer trabalho; ofício ou profissão; liberdade de expressão de atividade intelectual, artística e científica; livre associação profissional ou sindical; reconhecimento do direito de greve em decorrência da frustração de negociação coletiva; direito à União de instituir empréstimos compulsórios para atender às despesas extraordinárias provocadas por calamidade pública.



HÉLIO ROSAS encaminhou 318 emendas, 81 das quais foram aprovadas. Principais emendas: a favor de que a base de cálculo para o ICMS (Imposto sobre Combustíveis e Minerais Sólidos) compreenda o montante do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); a favor da aposentadoria aos 25 anos de serviço para os bombeiros e policiais militares, com vencimentos e vantagens integrais; a favor da estabilidade para todos os servidores da União, estados e municípios que, na data de promulgação da Constituição, contem pelo menos cinco anos de serviço.



ADOLFO OLIVEIRA apresentou 312 emendas, tendo 153 aprovadas. Principais: gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; direito de petição aos poderes públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder, independentemente desse ato do pagamento de taxas e de garantias de substâncias; garantias da liberdade de associação, exceto de caráter paramilitar; proibição do poder público de intervir na organização sindical; o constituinte ainda é autor de proposta sobre a delegação do primeiro-ministro.



HAROLDOLIMA apresentou 300 emendas, tendo aprovadas 53. Principais: a que suprime artigo que obriga o proprietário de imóvel rural, periodicamente, obter do poder público declaração de que o bem cumpre função social; a que exclui artigo que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; a que suprime artigo que prevê a realização de plebiscito nos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro para que se manifestem sobre a fusão das duas unidades.



MAX ROSENMANN apresentou 297 emendas, das quais 79 foram aprovadas. Principais emendas: a favor de licença especial de três meses para o servidor público, após cinco anos de efetivo exercício profissional; contra o imposto de renda adicional dos estados e do Distrito Federal; a favor da criação de um limite máximo, fixado pelo Senado, para o imposto sobre heranças e doações; a favor da instituição do Código de Defesa do Consumidor, através de lei complementar; a favor do direito autoral; contra o fim da exigência de diploma para os jornalistas.



LUÍS ROBERTO PONTE apresentou 297 emendas e teve 84 aproveitadas. Principais emendas: a favor de que todas as obras, serviços, compras e alienações da administração pública direta e indireta sejam contratadas através de licitação; contra a obtenção de vantagens por qualquer categoria profissional a título de predícos culturais ou técnicos; contra a vinculação da remuneração de quaisquer trabalhadores, inclusive servidores públicos, ao salário mínimo; pela instituição de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.



NELSON WEDEKIN apresentou 296 emendas, das quais 74 foram aproveitadas. Principais emendas: a favor do ensino público gratuito e universal, sendo obrigatório o ensino de 1º grau; pelo pleno direito de greve, vedada às autoridades públicas qualquer intervenção que possa limitar esse direito; pelo repouso remunerado aos sábados, domingos e feriados, salvo casos de serviços indispensáveis, devendo nesses o empregado receber em dobro o repouso em outros dias da semana; a favor da aposentadoria para as donas-de-casa.



PAES LANDIM apresentou 294 emendas, das quais 79 aproveitadas. Principais emendas: a favor do ensino livre à iniciativa privada; disciplinando a atuação da Polícia Federal; determinando que a criação de novos impostos pela União dependa de aprovação por maioria absoluta de votos no Congresso Nacional; regulando a instituição de empréstimos compulsórios; transferindo o Imposto Territorial Rural da competência dos estados para a competência da União; contra a criação do imposto de renda adicional, a ser cobrado pelos estados e pelo Distrito Federal.



DENISAR ARNEIRO apresentou 292 emendas e teve 70 aprovadas. Principais: pela proibição do trabalho noturno e insalubre para menores de 18 anos, e de qualquer trabalho para menores de 14, salvo na condição de aprendiz; a favor da unicidade sindical; pelo desconto em folha da contribuição sindical; a favor do direito de greve, mas condicionado à aprovação de pelo menos 50% dos associados do sindicato; a favor do ensino universal, obrigatório e gratuito para o 1º grau, e do ensino gratuito, nos demais níveis, para os carentes.



SOTERO CUNHA apresentou 288 emendas, das quais 77 aproveitadas. Principais emendas: pela participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos concursos públicos para ingresso na magistratura; pelo disciplinamento da promoção por merecimento dos juízes estaduais; pela redução para dois anos do prazo para que o juiz adquira vitaliciedade; pela gratuidade de todos os atos necessários ao exercício da cidadania, inclusive os de natureza processual e os de registro civil, arcando a União com o ônus correspondente.



JOSÉ RICHÁ apresentou 286 emendas, das quais 105 foram aprovadas. O trabalho do senador José Richa se caracterizou pela apresentação de emendas substitutivas globais a diversos títulos do projeto de Constituição. Ele apresentou substitutivos globais ao Título dos Direitos e Garantias Coletivas, ao da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, ao da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, ao do Sistema Tributário, ao da Organização Econômica e ao das Disposições Transitórias.



JOÃO PAULO apresentou 286 emendas, das quais 74 aprovadas. Principais emendas: a favor da distribuição entre propriedade de jazidas minerais e de potenciais de energia hidráulica e propriedade de solo; a favor do controle da função social dos imóveis urbanos, e pelo imposto progressivo sobre estes, no interesse do desenvolvimento urbano; a favor do livre direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de paralisarem suas atividades; a favor do usucapião urbano, após 5 anos de posse ininterrupta.



JUTAHY MAGALHÃES apresentou 285 emendas, e teve 68 aproveitadas. Principais emendas: permitindo ao sindicato ser substituto processual de seus associados; a favor do sistema proporcional nas eleições para a Câmara dos Deputados; pela aposentadoria integral aos idosos, assim considerados os cidadãos com mais de 65 anos de idade; contra o desmembramento da Bahia para a criação do estado de Santa Cruz; a favor da incorporação ou subdivisão dos estados mediante aprovação das Assembléias Legislativas e da população, através de plebiscito.



JOSÉ MAURÍCIO apresentou 280 emendas, das quais 28 aprovadas. Principais emendas: pelo ordenamento do transporte marítimo internacional de forma a que seja garantida a predominância dos navios de bandeira nacional e dos navios do país exportador ou importador, em partes iguais, observado o princípio da reciprocidade; a favor de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista possam gozar de benefícios não extensivos às demais empresas nacionais; a favor da reforma agrária, através da desapropriação dos imóveis rurais sem função social.



ISRAEL PINHEIRO FILHO apresentou 280 emendas, das quais 54 aproveitadas. Principais emendas: pela preservação da competência dos municípios no Imposto sobre Serviços (ISS); pela supressão da imunidade em relação ao Imposto sobre Combustíveis e Minerais Sólidos nas operações de comércio interestadual de petróleo e seus derivados, bem como de energia elétrica; emenda global ao capítulo I do Título VII, que trata do sistema tributário nacional; a favor dos empréstimos compulsórios; a favor do sigilo da correspondência, telegramas e telefone.



MENDONÇA DE MORAIS apresentou 279 emendas, das quais 74 aproveitadas. Principais emendas: pela concessão de bolsas de estudo a estudantes carentes; a favor do ensino livre à iniciativa privada; pela criação do salário-educação, que vem a ser uma contribuição das empresas que não propiciarem, elas próprias, ensino gratuito de 1º grau aos filhos de seus empregados; a favor da contribuição sindical não só para as entidades sindicais dos empregados, mas também para os dos empregadores, profissionais autônomos e profissionais liberais.



JORGE HAGE apresentou 278 emendas, tendo 87 aprovadas. Principais: a que suprime o artigo que prevê a criação de estados com o desenvolvimento de unidades federadas já existentes; sobre a garantia do ensino obrigatório e gratuito a partir dos sete anos de idade e sobre a extensão, progressivamente, do ensino gratuito para o nível médio; a que assegura que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.



BASÍLIO VILANI apresentou 276 emendas, das quais, 82 foram aprovadas. Principais: incumbir o Estado de promover e estimular a cultura física e desporto, sem discriminação de sexo, etnia, cor e deficiência física; contrato de trabalho protegido contra despedida imotivada, mediante pagamento de indenização ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; acesso à educação pública gratuita, assegurado inclusive pela criação complementar à rede municipal de escolas de promoção popular.



OSWALDO LIMA FILHO apresentou 275 emendas, tendo 84 aprovadas. Principais: a que mantém na competência da União o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; sobre a inelegibilidade dos parentes do governador e do prefeito; sobre a homologação ou anulação dos atos de concessão das emissoras de rádio e televisão; sobre a contribuição de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas; sobre as jazidas, minas e demais recursos minerais serem propriedade distinta do solo.



PAULO MINCARONE apresentou 271 emendas, das quais 47 foram aproveitadas. Principais emendas: pela exigência da manutenção em funcionamento dos serviços indispensáveis à comunidade, nos casos de greve; a favor da unicidade sindical; pela liberdade de organização partidária, ficando, porém, a representação parlamentar dos partidos políticos condicionada à obtenção de quocientes mínimos de votos; pela liberdade de organização sindical; pela realização de eleições sempre no dia 15 de novembro, com posse dos eleitos em 1º de janeiro seguinte.



GASTONE RIGHI apresentou 271 emendas, sendo 55 aprovadas. Principais emendas: contra a intervenção e as desapropriações dos serviços privados de saúde; pela não limitação do número de divórcios; pela gratuidade do transporte urbano para os maiores de 65 anos de idade e para os inválidos e deficientes físicos; pela equiparação dos direitos previdenciários do conjunto dos trabalhadores com os dos funcionários públicos civis e militares; contra a discriminação ou estereotipação de grupos étnicos através dos meios de comunicação de massa.



FRANCISCO DORNELLES apresentou 266 emendas, sendo 105 aprovadas. Principais emendas: pela proibição de criação de outros tributos sobre energia elétrica, combustíveis, lubrificantes e minerais, além dos já existentes; pela limitação, através do Senado, da alíquota máxima do Imposto sobre Herança; pela participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de minérios neste solo; pela repressão à formação de cartéis, oligopólios e monopólios, e a qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar o mercado nacional.



FLORICENO PAIXÃO apresentou 266 emendas, sendo 54 aprovadas. Principais emendas: pela aposentadoria voluntária, de valor integral, para os homens após 30 anos de serviço e para as mulheres após 25 anos; a favor de que todos os cidadãos possam se divorciar quantas vezes quiserem, retirando-se da lei qualquer limitação ao número de dissoluções da sociedade conjugal; a favor de que os sindicatos sejam considerados substitutos processuais de seus associados para o ingresso na Justiça, e pela regulamentação das comissões por local de trabalho.



PAULO RAMOS apresentou 262 emendas e teve 38 aprovadas. Principais: sobre a liberdade de greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender; estabelecendo que a lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais; assegurando a proteção do Estado aos idosos, quanto ao direito à vida, à saúde, à alimentação e ao lazer, à convivência familiar e comunitária.

OSWALDO ALMEIDA apresentou 260 emendas, tendo 62 aprovadas. Principais: assegurando aos brasileiros o conhecimento de informações e referências para defesa dos seus direitos e esclarecimentos de situações; estabelecendo que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas e telegráficas, ressalvados os casos previstos em lei; conferindo ao poder público a regulamentação, execução e controle das ações de saúde e ao setor privado o direito da prestação desse serviços.



SIQUEIRA CAMPOS apresentou 258 emendas, tendo 73 aprovadas. Principais: proibição de intervenção estatal em serviços privados; obrigatoriedade de regulamentação da propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos; regulamentação da promoção por merecimento dos juizes estaduais; atribuição ao poder público de planejamento, coordenação, regulamentação, fiscalização e execução da assistência preventiva; obrigatoriedade de o ensino, em qualquer nível, ser ministrado em língua portuguesa e ensino religioso facultativo.



ARNALDO PRIETO apresentou 257 emendas, tendo 70 aprovadas. Principais: estabelecimento da aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade ou por invalidez, e facultativa aos 30 anos de serviço, com vencimentos integrais; liberdade de acesso da iniciativa privada no ensino, ressalvada a intervenção do poder público para autorização e reconhecimento de cursos; competência ao Supremo Tribunal Federal e aos tribunais superiores aperfeiçoarem a legislação, com suprimentos através de súmulas.



ULDURICO PINTO apresentou 254 emendas e teve 52 aprovadas. Principais: direito do proprietário rural de obter, junto ao poder público, declaração de que cumpre a função social; obrigatoriedade da União e dos estados manterem um laboratório para a produção de medicamentos básicos para a saúde da população; institucionalização da educação escolar como um direito de todo brasileiro e um dever do Estado, sendo gratuita em todos os níveis, nos estabelecimentos públicos da União, estados e municípios.



EDUARDO JORGE apresentou 250 emendas, tendo 83 aprovadas. Principais: constituição de sistema único de saúde, descentralizado para estados e municípios; proibição da destinação de recursos públicos para investimentos em instituições de saúde privadas, salvo de caráter comunitário sem fins lucrativos; definição do modo como o Estado deve garantir o direito à saúde, assegurando o acesso a serviços e uma política de eliminação ou redução do risco de agravos à saúde, no campo econômico e social.



GERSON CAMATA apresentou 249 emendas, tendo 66 aprovadas. Principais: Educação permanente como direito de todos; igualdade de todos perante a Constituição; inelegibilidade do cônjuge ou parentes por consanguinidade até segundo grau dos ocupantes de cargos do governo estadual, municipal e presidente da República; direito de profissionalização aos menores considerados carentes; preservação, na competência dos municípios, do Imposto sobre Serviços.



NYDER BARBOSA apresentou 246 emendas, tendo 52 aprovadas. Principais: a que estabelece que a eleição para presidente da República será feita por sufrágio indireto, 45 dias antes do término do mandato presidencial; sobre a assembléia-geral da categoria profissional ou econômica poder fixar a sua contribuição sindical; a que determina que a lei regulará a armação, propriedade e tripulação das embarcações de esportes e de recreio; sobre a competência da Polícia Federal; e a que estabelece que o Estado disciplinará o acesso do menor ao mercado de trabalho.



MENDES THAME apresentou 239 emendas, tendo 75 aprovadas. Principais: sobre a substituição de 5 por 10 anos quanto à composição de tribunais regionais federais; a que estabelece que o Estado incentivará e promoverá o desenvolvimento; sobre a contribuição de melhoria de imóveis decorrentes de obras públicas; sobre a participação do sistema nacional único de saúde na proteção do meio ambiente, inclusive o do trabalho; sobre as atividades de lazer constituírem direito fundamental do indivíduo.



GEOVANI BORGES apresentou 238 emendas, tendo 46 aprovadas. Principais: a que estabelece que o prefeito será eleito até 45 dias antes do término do mandato de seu antecessor; a que determina que a lei punirá como crime qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais do cidadão; sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a que suprime a parte relativa ao sistema parlamentar de governo; e a que exclui as expressões "serão consideradas desigualdades biológicas, culturais e econômicas para proteção do mais fraco".



CARLOS ALBERTO CAÓ apresentou emendas, tendo aprovadas. Principais: a que estabelece que fica reconhecido o direito de greve, vedada à iniciativa patronal; a que assegura aos criadores e aos intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou participarem; sobre a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir; e a que determina que o Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional os processos de concessão de rádio e de televisão.



JOSÉ GENOÍNO apresentou 235 emendas, tendo 37 aprovadas. Principais: a que assegura a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura prévia e o direito exclusivo de utilização aos autores; a que estabelece que a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios dependerão de plebiscito junto às populações interessadas; e a que disciplina que nenhum menor poderá ser preso ou mantido em custódia por autoridade administrativa ou policial.



ALDO ARANTES apresentou 234 emendas tendo 49 aprovadas. Destaque para a proposta de monopólio estatal da importação de equipamentos médico-odontológicos, medicamentos e matéria-prima para a indústria farmacêutica. A operacionalização deste monopólio ficaria a cargo de uma empresa estatal criada no prazo de 180 dias. A justificativa da emenda baseia-se na necessidade de garantir ao País a eficácia e a independência efetiva na área de produção.



CHAGAS RODRIGUES apresentou 233 emendas e teve 75 aprovadas. Principais: estabelecendo contrato de trabalho com segurança no emprego; somente permitindo a dispensa do empregado se houver justa causa ou motivo relevante de natureza econômico-financeira ou técnico-administrativa; considerando inelegíveis para qualquer cargo o cônjuge e os parentes até segundo grau do prefeito, governador, primeiro-ministro e presidente da República, ressalvados os que já exercem mandato eletivo; regulando a eleição do presidente da República pelo Congresso.



STÉLIO DIAS apresentou 232 emendas, tendo 63 aprovadas. Principais emendas: pelo livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir; contra a censura proibitiva; a favor de que a discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais seja considerada crime inafiançável; pelo direito de greve e de *look-out* (greve patronal), devendo os trabalhadores e os empregadores decidirem sobre a oportunidade de paralisarem suas atividades de acordo com os seus interesses.



NAPHATLI ALVES apresentou 231 emendas tendo 49 aprovadas. Principais: estabelecer a duração do mandato de prefeito em quatro anos; destacando que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara Federal e do Senado da República; propondo aposentadoria voluntária, após 30 anos de serviço para o homem e 25 anos de serviço para a mulher.



OCTÁVIO ELÍSIO apresentou 228 emendas, tendo 93 aprovadas. Principais: estabelecendo como inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os que não contem o mínimo de dezoito anos na data da eleição; atribuindo à União instituir o sistema nacional de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos; dando às assembléias legislativas prazo de seis meses para elaborarem as constituições dos estados; atribuindo ao Estado fazer a chamada dos educandos em idade escolar.



PAES DE ANDRADE apresentou 225 emendas, tendo 51 aprovadas. Principais: destinando 20% da receita orçamentária da União, estados, Distrito Federal, território e municípios para o ensino; ressaltando o direito ao exercício da advocacia pelos membros do Ministério Público aos inscritos na OAB; regulando a ação do primeiro-ministro e prevendo a criação de um conselho de ministros no caso de dissolução da Câmara Federal; garantindo igualdade aos estados, Distrito Federal e territórios no recebimento de recursos do Fundo de Participação.



ISMAEL WANDERLEY apresentou 225 emendas, das quais 70 aprovadas. Principais emendas: a favor da participação percentual do proprietário do solo sobre a produção da lavoura; a favor da instituição, pelo Governo Federal, de uma política que viabilize a produção e comercialização de alimentos básicos; a favor da participação dos trabalhadores na gestão e nos lucros das empresas; a favor de que seja considerado crime inafiançável de discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais dos cidadãos.



JOSÉ DUTRA apresentou 223 emendas e teve 67 aproveitadas. Principais emendas: a favor de que o primeiro-ministro e os membros do conselho de ministros se exonerem sempre que a confiança da Câmara dos Deputados lhes faltar; a favor da permissão para que tropas estrangeiras amigas transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; a favor do estímulo oficial à difusão da cultura física e dos desportos, através da colaboração com escolas, entidades desportivas e outras associações representativas da sociedade.



GERSON PERES apresentou 220 emendas, sendo 54 aproveitadas. Principais emendas: a favor do prazo de 90 dias para o juiz decidir sobre a imissão de posse, nos casos de desapropriações para fins de reforma agrária; a favor de que parlamentares federais, em número não inferior a 50, possam requerer ao TSE o registro de novo partido político; pela gratuidade dos registros de nascimento e de óbito, bem como dos demais atos necessários ao exercício da cidadania, cabendo ao Estado o ônus das respectivas certidões, nos termos da lei.

ESCREVA A SUA CARTA

A Constituinte entra em sua última etapa, a da votação do projeto de Constituição pelo plenário. Desde o início a sociedade participou e opinou, por todos os meios. E ainda é tempo de contribuir. Escreva a sua carta, dizendo o que você pensa e quer.

Anistia aos militares

Srs. Constituintes:

A Guerra dos Farrapos foi a mais longa revolução da História brasileira (1835/1845). Teve início na cidade hoje chamada de Bento Gonçalves. Os revolucionários tomaram todo o Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, comandados por Garibaldi e sua mulher Anita.

Em 1839, Bento Gonçalves assume o comando de todas as tropas Farrapilhas. As batalhas eram de extrema violência porque os farrapilhas usavam armas brancas, sabres e cimitarras.

Morreram 14.000 brasileiros. Caxias, nomeado Governador e Comandante das Tropas Reais consegue três grandes vitórias sobre os farrapos, que cercados no Rio Grande do Sul, decidem lutar até o último homem. Caxias oferece a paz e um acordo que constava de três pontos principais. É o chamado acordo de "Poncho Verde":

1º Seriam perdoados todos os que participaram direta ou indiretamente da luta; 2º os pretos que ajudaram aos farrapilhas seriam libertados e, não mais escravos; 3º ofereciam aos militares revoltados anistia ampla, geral e irrestrita. É a primeira vez que surge na História do Brasil a expressão ampla, geral e irrestrita.

Esse acordo autorizava a incorporação ao Exército Imperial de todos os oficiais rebeldes na patente que tinham na luta revolucionária; aos praças e cabos, os direitos civis e a reintegração aos antigos empregos; aos fazendeiros, a devolução das terras tomadas pelas tropas do governo.

Em 1845, Bento Gonçalves entrega-se com todos os revolucionários a Caxias. Por esse motivo, D. Pedro II proclamou Caxias o Pacificador do Império, e ficamos sem revolução no Rio Grande do Sul até 1930. Note-se que Caxias antecipou a libertação dos escravos e olvidou a morte de cerca de 1.000 oficiais do Exército regular.

As forças progressistas do Brasil conclamam o General Leônidas Pires Gonçalves, Ministro de Estado do Exército, a se transformar no Pacificador da Nova República, lutando para que seja dada aos nossos companheiros militares a anistia ampla, geral e irrestrita.

Guilherme Bruno Lobo
Presidente da Comissão Nacional
dos Anistiados da
Petrobrás — CONAPE.

Homem do campo

Srs. Constituintes,

Peço que seja incluído, na nova Constituição, um plano mais adequado para o homem pobre do campo que, de todas as classes deste País, é a mais sofridora. Gostaria também que fosse incluído um plano de adaptação de motores de carros usados a gasolina para motor a óleo diesel, para termos maior economia.

Raimundo Francisco Alves
Brejo Santo — CE

Contrabando de peles

Srs. Constituintes,

Uma vez que o nosso País tem um déficit bastante elevado no exterior, por que não leiloar ou mesmo vender esses grandes contrabandos de peles silvestres que costumam ser apreendidos e cremados? As importâncias arrecadadas poderiam também ser doadas às instituições de amparo ao menor abandonado. Esses leilões possibilitariam a arrecadação de vultosas quantias.

Itamar dos Reis
Bom Jesus da Lapa — BA

Justiça para todos

Srs. Constituintes,

A Constituinte deve ser a razão em que a classe pobre e a classe média possam também ter os seus direitos. Deve ser onde a justiça seja para todos, e não somente para os de melhores condições econômicas. Que ofereça mais empregos, baixando o número de desempregados.

Geraldo Antônio Both
Parobé — RS

Pena de morte

Srs. Constituintes,

Os brasileiros, na maioria, pedem a implantação urgente da pena de morte e eu sou por demais favorável. É claro que aplicada com jurisprudência, ou seja, casos de sobeja comprovação de culpabilidade e sem direito a defesa. (...)

Pedro Olívio da Silva
São Miguel d'Oeste — SC

Justiça para os professores

Exm^{as} Srs. Constituintes,
"Quem preparou o homem para a vida, não ganha e não pode agora viver em paz e morrer dignamente."

Este é um momento de agradecimento e de pedido.

Agradecimento

— Nós os professores e funcionários públicos dos sessenta e quatro municípios e da capital do Estado do Rio de Janeiro, queremos agradecer e dizer que nos sentimos profundamente gratificados com a atuação de V. Ex^{as} junto à Comissão de Sistematização no que se refere à Redação do Capítulo VII da Administração Pública — Seção II — Dos Servidores Públicos Civis em todos os artigos, parágrafos e itens, e, de modo particular, no artigo 48, que passamos a descrever *ipsis literis* conforme tablôide de O Globo, de quinta-feira, 19 de novembro de 1987, página 7, destinado a divulgar o trabalho da Comissão de Sistematização anteprojeto (Bernardo Cabral).

Art. 48. Os proventos da inatividade e as pensões serão revisados, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma.

Parágrafo único. O benefício de pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado o disposto no artigo anterior.

Pedido

— Que a redação referida não sofra emendas ou destaques, que ela não seja modificada.

Desta forma estará V. Ex^a reconhecendo o trabalho do professor público, artífice da pátria, que é construída sobretudo de homens e de homens que de pequenos brincararam nas pré-escolas até aqueles que chegam às Letras e Ciências Superiores. Do professor, cidadão que trabalha, vota e agiganta este país e pelas mãos dos quais todos passaram: o operário, o médico, o juiz, o político.

— Aprovando o artigo 48 como está, em plenário, V. Ex^a estará aprovando a paridade tão sonhada e votando na paridade, estará votando:

— *In memoriam* — do professor aposentado e que já faleceu, Deus sabe em que condições.

— *In gratitudinem* — ao professor aposentado atualmente agora desprezado e desvalorizado.

— Por atenção e reconhecimento — ao professor escravo do dever e do trabalho que caminhando junto com o homem em evolução, o ajuda a crescer.

Certos de que o bom senso, a fraternidade de V. Ex^a falarão mais alto, contamos com o pronto atendimento.

Comissão dos Professores Aposentados
e Ativos do Estado do Rio de Janeiro.

Preço dos combustíveis

Srs. Constituintes,

Acho que os combustíveis deveriam ser cobrados a preço real no Brasil, porque este país, é movido na base dos derivados de petróleo e até hoje ainda há pessoas querendo resolver problemas financeiros aumentando o preço dos derivados do petróleo, e também sustentando o Proálcool, que custa mais caro que os derivados do petróleo.

Valcy Terencias Moreira
Jaguariúna — SP

Educação religiosa

Srs. Constituintes,

Que a educação religiosa seja mantida na nova Constituição brasileira, garantida pelo Estado em todas as escolas como parte integrante do sistema de ensino, respeitando-se a pluralidade religiosa do povo brasileiro. (...) Sobre bebida alcoólica, gostaria que existisse uma lei que aumentasse o seu preço, pois ela estraga muito a vida da gente.

Márcia Maria Sosso
Paranaíba — PR

Carta mágica

Srs. Constituintes,

A não ser por uma "carta mágica" ou por uma mudança radical dos dirigentes usurpadores deste massacrado País, de uma reformulação sincera e verdadeira na honestidade nacional, o Brasil está rolando, rápida e certamente, para um ponto crítico sem retorno. O povo está sendo distraído e trapeado pelos cartões de crédito, enquanto é do maior interesse do comércio e da indústria manter esse estado de coisas. (...)

Maria da Glória Barbosa Martins
Fortaleza — CE

Maior divulgação

Srs. Constituintes,

Deveria haver maior preocupação em relação à saúde. Maior ênfase à medicina preventiva, onde os gastos obviamente seriam menores em relação à curativa. Maior divulgação dos trabalhos feitos por entidades, tanto estaduais quanto particulares, para a prevenção das doenças. Os trabalhos são feitos mas não são conhecidos pela população em geral. (...)

Silmaria Campos
Curitiba — PR

Indústria automobilística

Srs. Constituintes,

Que se criem leis para moralizar a indústria e comércio de automo-

tores (carros de um modo geral), para evitar os grandes abusos que estão acontecendo. Por exemplo: fabricar carros de luxo e carros **standard** (simples). Acontece que fabricam carros com tantas opções, que ninguém entende. Outro negócio é o preço do carro no revendedor: cobram além da tabela. (...) Também no que se refere ao consórcio, os revendedores deverão ter cotas para entrega aos consorciados e respeitar sempre as tabelas impostas pelo governo.

Hilton Alves de Moraes
Paraíba do Sul — RJ

Discriminação racial

Srs. Constituintes,

A minha preocupação e interesse se prendem ao delicado universo das relações sociais. A Constituinte nos dará a oportunidade objetiva de transformar essas relações, tornando-as mais humanas no sentido maior da palavra. A Constituinte nos dará o direito legítimo de mostrar que temos consciência da existência real e até mesmo tradicional do preconceito racial, formulando leis que punam rigorosamente quaisquer demonstrações de discriminação. (...)

Vera Lúcia Gangorra
Taguatinga — DF

Aposentadoria da mulher

Srs. Constituintes,

Aposentadoria para a mulher aos 25 anos de trabalho com salário integral. Motivo: a mulher trabalha fora e trabalha em casa, se desgastando muito. Além disso, toda mulher deveria ter seu horário de trabalho reduzido para seis horas diárias. Apelo: com esta nova Constituição, não só eu, mas todas as mulheres, esperamos não ser esquecidas, pois a mulher, ainda nos dias de hoje, sofre discriminações. Opinião pessoal: eu acredito nos nossos constituintes.

Vera Lúcia Brafiliadi
Presidente Prudente — SP

Alimento e educação

Srs. Constituintes,

Sinto que com o advento do parlamentarismo as democracias se perpetuam, ao passo que o presidencialismo parece muito com o caudilhismo. Não seria bom se a Assembléia Nacional Constituinte levantasse essa sugestão? Nosso País ainda está em pleno subdesenvolvimento, sem dúvida. Um povo só é forte quando é sadio e consequentemente há necessidade de escolas, habitação etc. Com fome ninguém consegue atingir objetivo nenhum. Sugestiono maiores investimentos nesses setores. E que as garantias individuais sempre sejam capítulo imprescindível à Constituição Federal.

Ciro Bral Cardoso
Carmo do Paranaíba — MG

Congresso vota o pacote fiscal

Com uma sessão solene no próximo dia 15 (terça-feira) às 19 horas, no plenário da Câmara, o Congresso Nacional instalará o período de convocação extraordinária que se prolongará até o dia 28 de fevereiro de 88, substituindo o recesso tradicional de fim de ano. Foi o próprio Legislativo que se convocou, através de um requerimento que contou com a assinatura de apoio de 407 parlamentares (60 senadores e 347 deputados) número superior ao mínimo exigido pela Constituição.

A convocação da sessão solene de abertura dos trabalhos foi anunciada na última quinta-feira pelo presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, senador Humberto Lucena (PMDB — PB). Antes de fixar a data e o horário da sessão, Humberto Lucena manteve entendimentos com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para a elaboração da pauta da convocação extraordinária, que incluirá a discussão e votação de proposições de iniciativa dos parlamentares e do Poder Executivo, já em tramitação, bem como os que o governo enviar ao Legislativo durante esse período.

A sessão inaugural será limitada à leitura do Ato Convocatório e ao anúncio das matérias a serem examinadas no período. E a partir da quarta-feira, Câmara e Senado passarão a realizar suas sessões, parando no dia 19, quando haverá um breve recesso de Natal e Ano Novo, até o dia 3 de janeiro, simultaneamente com a Assembléia Nacio-



Humberto Lucena foi um dos principais defensores da convocação.

nal Constituinte.

Na quarta-feira, tanto a Câmara como o Senado deverão votar dois projetos de resolução, um em cada Casa, dispensando o pagamento da ajuda de custo previsto nas convocações extraordinárias. Com isso, o funcionamento extraordinário do Congresso não vai onerar em nada os cofres públicos.

Primeiro os impostos

De acordo com o que ficou decidido entre Humberto Lucena e Ulysses Guimarães, será conferida prioridade para a votação de matérias de natureza tributária, de iniciativa do Executivo.

A propósito, o presidente do Senado revelou ter recebido a confirmação de que o Palácio do Planalto enviará ao Congresso, além de outras, as mensagens relativas às alterações na Lei do Inquilinato e à criação do Imposto sobre o Patrimônio Líquido (IPL). A informação foi transmitida pelo ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, e pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Entre outras matérias a serem examinadas estão algumas pendentes de deliberação, como a que trata do Plano de Cargos e Carreiras, em exame na Câmara dos Deputados, e o projeto em tramitação no Senado que autoriza o governo a emitir títulos da dívida agrária com vistas ao pagamento das desapropriações para fins de reforma agrária.

Baleias sim, bombas não!

Constituintes da chamada "Frente Verde" promoveram, diante do Congresso Nacional, um "Alerta ao Meio Ambiente e à Nação", com o objetivo de sensibilizar seus pares para a necessidade da manutenção, no Projeto de Constituição, dos dispositivos de proteção à ecologia e de incentivar o ofe-

recimento de emendas que proíbam a fabricação de armas atômicas e o uso da energia nuclear pelo Brasil. A Frente foi recebida pelo presidente Ulysses Guimarães, que reiterou o seu apoio às propostas em defesa da ecologia, colocando-se como um combatente nessa luta. O principal símbolo usado pela Frente Verde foi a baleia, ameaçada de extinção pela caça indiscriminada. Ao cobrir a cúpula do Senado com figuras da baleia, os constituintes-ecológicos externaram desejo de que o projeto que proíbe a pesca desse cetáceo, e que está em tramitação no Senado, seja aprovado logo. Este projeto já passou pela aprovação da Câmara dos Deputados.



INDIRETAS NUNCA MAIS. PRESIDENCIALISMO !

Após 20 anos de autoritarismo, milhões de brasileiros saíram às ruas na vibrante campanha pelas eleições diretas para presidente da República. Ninguém admitia mais a sangria da dívida externa, o arrocho salarial, a miséria e a fome. A Nação se rebelou contra a imposição de presidentes eleitos indiretamente e enterrou o colégio eleitoral.

Agora quando conquistamos o direito de eleger o próximo presidente pelo voto livre e direto, surge uma insistente e bem orquestrada campanha contra o presidencialismo, tentando convencer os constituintes e a opinião pública de que o sistema parlamentarista de governo é o mais adequado para o país.

Querem transformar um presidente eleito pelo povo numa mera figura decorativa, sem poder e sem autoridade para governar. Estão tentando usurpar do povo o direito de escolher democraticamente o presidente da República, para poderem indicar, através de um arranjo parlamentar - Colégio Eleitoral - o chefe do governo.

Esta tentativa solerte de ressuscitar as indiretas, está sendo planejada e financiada exatamente pelos mesmos grupos que não querem uma negociação soberana da dívida, e que

procuram por todos os meios, manter seus privilégios através da especulação financeira, dos negócios ilícitos e do arrocho salarial. São os grandes conglomerados financeiros internacionais e seus sócios internos que, não vislumbrando nenhuma chance de vitória numa eleição direta, tentam impedir o povo de consegui-la. São os mesmos que se beneficiaram do Regime anterior, e que agora saem em defesa do Parlamentarismo.

Enquanto o regime servia bem aos interesses dos agiotes e dos especuladores, nenhuma palavra se levantou contra o presidencialismo. Agora que ele está prestes a se tornar um poderoso instrumento a favor do povo, já não serve mais e por isso querem caçá-lo. Este tipo de arranjo o povo já conhece muito bem, e da mesma forma como fez no governo João Goulart, derrotará agora novamente esta manobra.

A população de Brasília e toda a Nação devem estar alertas para derrotarmos esta trama e garantirmos as conquistas do nosso povo. O que o Brasil precisa, para consolidar a democracia é de um Congresso forte e atuante e de um presidente respaldado pelo voto popular.

MEIRA FILHO
Senador - PMDB

MÁRCIA KUBITSCHKE
Deputada - PMDB

FRANCISCO CARNEIRO
Deputado - PMDB

GALVÃO AUGUSTO DOMINGOS

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

JOSELITO CORREIA

PAULO NARDELI

JOSÉ OSCAR

Na luta por uma convicção

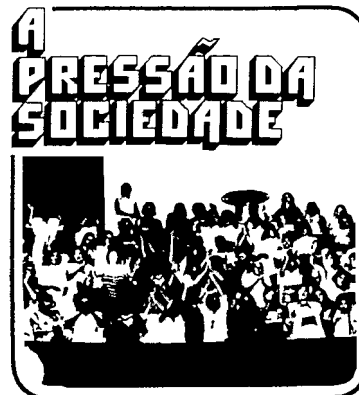
Presidencialismo com um Congresso forte. É o que deseja um grupo de constituintes, que prega essa idéia por meio da propaganda direta.

ADIRP/Reynaldo Stavale



Sindicatos defendem avanços

A presença de líderes sindicais no cenário da ANC tem sido constante. Desta vez, eles reuniram-se no auditório "Petrônio Portella", do Senado, para cobrar avanços no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores.



Presença dos arquitetos

Representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil, acompanhados do presidente do Sindicato dos Arquitetos do DF, Felipe Torelly, entregaram ao presidente da ANC, Ulysses Guimarães, documento contendo propostas da classe para a nova Carta. O constituinte Pompeu de Souza assistiu o ato.

ADIRP/Reynaldo Stavale



ADIRP/Guilherme Rangel



A defesa da reforma agrária

O homem precisa da terra. A terra precisa do homem. É o que dizem trabalhadores rurais ao constituinte João Paulo.